

ILAN GOLDFAJN
Futuro depende
de mais reformas

AGENDA LEGISLATIVA
16 propostas avançaram
no Congresso Nacional

WORLD SKILLS
Brasil fica em 2º lugar na
classificação por pontos

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 2 | nº 18 | Dezembro 2017

2018 PROMETE DIAS MELHORES

CNI E CONSULTORES PREVEEM UM ANO DE
RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA,
MAS ALERTAM PARA AS INCÓGNITAS ELEITORAIS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

FAÇA SUA
INDÚSTRIA MELHOR.
FAÇA SEU SETOR
MAIS FORTE.



Programa de
Desenvolvimento
Associativo

Somar forças. Multiplicar resultados.

FAÇA PARTE

Se você tem um objetivo, se unir com pessoas que também acreditam nele é fundamental. Os sindicatos empresariais existem para unir pessoas que acreditam na indústria e na sua importância para o país. Junto a outros empresários, você pode fazer a diferença! Acesse industriaforte.com.br e saiba mais.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CARTA AO LEITOR

Otimismo é esperar pelo melhor. Confiança é saber lidar com o pior”, distinguia Roberto Simonsen. A reportagem de capa desta edição mostra que analistas e economistas desenharam, para 2018, um cenário que combina otimismo e confiança. Depois de dois anos de profunda recessão, as expectativas inevitavelmente são estimuladas pelo *wishful thinking* de um país abalado pelas crises política e econômica e que quer ver essa paisagem devastadora pelo retrovisor. Mas o fato é que as instituições e os agentes econômicos puderam aprender durante esse período e estão mais preparados para possíveis choques.

Até onde os indicadores permitem enxergar, o que vem pela frente parece ser, de fato, melhor do que o que tivemos em 2015 e 2016, biênio em que o Produto Interno Bruto (PIB) recuou impressionantes 7,2%. Com um crescimento discreto em 2017, a economia está mais ajustada para retomar a atividade produtiva no próximo ano. A inflação sob controle, as taxas de juros em níveis muito mais baixos e a alta no consumo das famílias são elementos essenciais para gerar nos empresários a confiança necessária para as novas contratações, o aumento da produção e a ampliação dos investimentos.

As diferentes projeções econômicas para 2018 têm na política sua principal incógnita. De um lado, o Congresso Nacional ainda pode trazer boas notícias se aprovar ajustes na Previdência e aprimorar outros marcos regulatórios que aumentem a competitividade da indústria brasileira. A agenda legislativa em 2017 teve avanços importantes, como na modernização das relações do trabalho, na regulamentação da terceirização e na pacificação da guerra fiscal, sintetizados em ampla reportagem desta edição. De outro lado, contudo, as eleições presidenciais podem trazer grandes incertezas aos agentes econômicos se *outsiders* conseguirem suplantarem candidatos amparados por coalizões capazes de dar governabilidade ao futuro titular do Palácio do Planalto.

Esta edição também mostra como o Brasil tem sido lento na homologação de acordos internacionais, segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que apurou média de quatro anos ao analisar a tramitação de 27 textos firmados pelo país. O monitoramento da competitividade também estimulou a entidade a criar dois novos indicadores, que foram recentemente tema de reportagem do jornal *Valor Econômico*. Se nestes rankings o país tem ido mal, nas competições da *WorldSkills* o Brasil vem preservando sua posição de liderança. Na última edição, em Abu Dhabi, a delegação brasileira ficou em segundo lugar na classificação geral, mantendo-se entre os competidores de ponta em especialidades profissionais.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor Editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Gleice Mere, Iara Vidal e Vivaldo de Sousa; Projeto gráfico e editoração: Armando Salmito, Daniel Barroca, Guto Rodrigues e Tayelen Castro; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472; fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br.

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO

CAPA



Um balanço da economia brasileira em 2017 e as perspectivas para 2018 recomendam um otimismo cauteloso

8

INFOGRAFIA

Veja os principais indicadores da atividade produtiva nacional neste ano e o que os analistas esperam para o ano que vem

16

TENDÊNCIAS

Estudo resume as principais transformações com impacto na indústria do Brasil e do mundo

18

JOSÉ AUGUSTO FERNANDES

Diretor da CNI indica pontos de atenção para o planejamento em 2018

22

ILAN GOLDFAJN

Presidente do Banco Central diz que o país está melhor, mas que o crescimento sustentável só virá com novas reformas

24

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI promove seminário sobre modernização da legislação trabalhista

26

AGENDA LEGISLATIVA



Avanços importantes marcaram as votações do Congresso Nacional em 2017

28

BUROCRACIA

Brasil leva quatro anos, em média, para validar acordos internacionais, diz estudo da CNI

32

COMPETITIVIDADE

Dois novos índices calculados pela CNI medem desempenho industrial aqui e no exterior

34

TERMÔMETRO ECONÔMICO

EXPORTAÇÕES

Brasil perde espaço no mercado internacional entre 2006 e 2016

36

TERMÔMETRO

INEC mostra que confiança do consumidor melhorou em outubro

38

GIRO BRASIL

Caravana do Desenvolvimento qualifica mais de mil pessoas no Acre

40

GIRO GLOBAL



Medo das consequências do *Brexit* tem reduzido investimentos da indústria britânica

42

SESI / SENAI / IEL

WORLD SKILLS

Delegação brasileira faz bonito de novo e leva o país ao segundo lugar geral na classificação por pontos

44

NO CAMINHO DO CRESCIMENTO

O ano que está acabando foi difícil, mas demos passos importantes em direção a um novo tempo. Mesmo tendo deixado para trás a forte recessão, o Brasil permanece sofrendo os efeitos de uma persistente crise, com produção e consumo fracos, e desemprego ainda alto. No entanto, os sinais de recuperação animam o setor produtivo a continuar trabalhando. Não só para impulsionar as reformas necessárias à expansão econômica, como também para evitar retrocessos nos avanços obtidos.

Ainda de maneira tímida, o Brasil voltou a crescer, o que é uma excelente notícia. A expectativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) é de um pequeno incremento, de aproximadamente 1%, no Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, com a indústria subindo de 1% a 1,5%. Esse resultado sinaliza uma

reação às mudanças no ambiente econômico e ao cenário de reformas adotadas desde meados de 2016.

Os analistas são unânimes em projetar a continuidade do quadro de restabelecimento gradual da economia e da indústria em 2018, quando o PIB deve ter uma expansão entre 2% e 3%. A indústria vai acompanhar esse movimento, especialmente com a recomposição do consumo das famílias e com os planos de investimentos em algumas áreas menos afetadas pelo alto grau de ociosidade: derivados de petróleo; biocombustíveis; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, por exemplo.

As perspectivas são razoáveis, mas o desempenho está longe de se mostrar garantido. Para que se concretize ao longo de 2018, é fundamental criar as condições necessárias de modo a estimular o crescimento sustentado. É imprescindível consolidar o

ajuste fiscal, com ênfase na reforma da Previdência, sem a qual todos os esforços para reequilibrar as contas públicas serão meros paliativos. A indústria brasileira continua apoiando a alteração na legislação previdenciária para combater privilégios e assegurar o pagamento das aposentadorias.

Também são indispensáveis medidas no que convenciamos chamar de agenda da competitividade. A entrada em vigor, em novembro, da nova legislação que rege as relações de trabalho vai produzir efeitos gradualmente, inclusive no quadro de emprego e renda, reforçando as condições de retomada da economia. Progressos substantivos nos campos fiscal e competitivo são requisitos para evitar a repetição dos ciclos que alternam, às vezes de maneira tão abrupta no Brasil, períodos de expansão e de retração.

Com as eleições gerais se aproximando, momento propício para balanços e renovação de esperanças, os brasileiros devem manter acesa a vontade de viabilizar as mudanças de que o país tanto necessita para persistir no caminho do desenvolvimento. O governo atual, aquele que tomará posse em 2019 e os parlamentares, eleitos ou reeleitos, precisam seguir a via das reformas. Assim, contribuirão efetivamente para retirar os entraves ao crescimento, melhorar o ambiente de negócios, educar os nossos jovens e fazer o Brasil progredir.

Aos poucos e com trabalho árduo, estamos modernizando o país. Essa viagem rumo ao século 21, no qual ainda não entramos em definitivo, finalmente começou e não pode mais ser interrompida. Construimos, dia a dia, um presente menos conturbado e um futuro promissor, em que o Brasil ocupará o lugar que merece entre as nações desenvolvidas. Não é hora de parar, muito menos de retroceder. Devemos perseverar no otimismo e na confiança.

Que 2018 seja um ano transformador e de grande prosperidade para o Brasil e para os brasileiros.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

2018: ECONOMIA SE RECUPERA, MAS DEPENDE DAS ELEIÇÕES

PROJEÇÕES SÃO OTIMISTAS SOBRE A RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO ANO QUE VEM, MAS O RISCO POLÍTICO PREOCUPA ANALISTAS E CONSULTORES



*Disputa eleitoral por subir a rampa do
Palácio do Planalto é a principal incógni-
ta dos cenários econômicos para 2018*

Foto: Valter Campanato/ Agência Brasil

A economia brasileira deverá voltar a crescer num ritmo mais acelerado em 2018, quando o Produto Interno Bruto (PIB) poderá registrar um crescimento entre 1,8% e 3%, conforme estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do mercado financeiro e das principais consultorias. Depois de dois anos consecutivos de redução do PIB, em 2015 e 2016, a economia começou a se recuperar em 2017, devendo fechar com um crescimento próximo de 1,1%.

Após três anos, o PIB da indústria também fechará com resultado positivo em 2017, com crescimento de 0,2%. A indústria de transformação deve crescer 1,7%, mas a construção civil registrou quedas pronunciadas ao longo do ano e fechará com redução de 5,0%, segundo estimativa da CNI. O consumo das famílias, com alta de 1,3%, foi o principal determinante do crescimento. O investimento ainda registrou contração de 2,1%, a quarta queda anual consecutiva. Com isso a taxa de investimento da economia se manterá reduzida, ficando em apenas 16% do PIB, conforme estimativas na edição de fim de ano da pesquisa Informe Conjuntural – Economia Brasileira, da CNI.

Embora lenta, a recuperação da economia em 2017 vem acompanhada de outros bons números. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano próximo de 3,1%, abaixo da meta estabelecida. A taxa de juros, por sua vez, fechou 2017 em 7%. Depois de dez cortes consecutivos, os juros básicos atingiram o menor nível desde que foi criado o Comitê de Política Monetária (Copom), em 1996. Manter os juros reais em patamar baixo é um dos desafios da política macroeconômica em 2018.

EQUILÍBRIO FISCAL

“A consolidação de expectativas de um ajuste gradual, mas consistente, nas contas fiscais é a condição necessária para o equilíbrio macroeconômico – crescimento com inflação na meta e dívida pública sob controle. Sem reverter o processo recente de elevação da relação dívida pública/PIB, a estabilidade ficará comprometida. Em uma perspectiva de médio prazo, essa é, sem dúvida, a variável mais relevante e a de maior visibilidade para os investidores internacionais”, avalia o presidente da CNI, Robson Andrade.

Em depoimento no Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou em novembro que as reformas econômicas adotadas desde que Michel Temer assumiu como presidente, em maio de 2016, já começaram a dar resultados. Segundo ele, a inflação média para o período de 2017 a 2020 deve ficar em 3,85% ao ano. “Estamos em uma trajetória de inflação baixa, juros baixos e retomada de crescimento”, disse ele. Para a CNI, o processo de desinflação surpreendeu pela intensidade.

Na avaliação da CNI, além da safra agrícola excepcional, que reduziu os preços dos alimentos, a manutenção de uma política monetária apertada, em um ambiente de forte recessão, permitiu a quebra da inércia inflacionária em segmentos importantes, como os serviços. Em 2018, de acordo com Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, o setor agrícola não deve contribuir com a mesma intensidade e, além disso, a economia deve ficar mais aquecida em relação a 2017. Por isso, a estabilidade precisa estar ancorada em fundamentos sólidos.

JUROS EM QUEDA

Economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale considera que as perspectivas são positivas para o próximo ano. “Do ano passado para agora houve uma virada de cerca de 6 pontos percentuais no crescimento. Dado que agora a recuperação está consolidada e os juros estão em queda, não vejo por que haver desaceleração no crescimento”, diz. “Isso só aconteceria com riscos graves vindos da política, como a possibilidade da candidatura de Lula. Como esse não é nosso cenário básico, mantemos as expectativas positivas”, afirma o economista.

Apesar de a MB Associados não trabalhar com a possibilidade de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a maior parte das pesquisas mostra o petista como o candidato mais forte na disputa para a Presidência da República. Outro nome que vem se destacando nas pesquisas é o do deputado Jair Bolsonaro. Atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin é apontado por diversos cientistas políticos como o nome



Foto: Miguel Ângelo/CNI

Meirelles diz que país tem inflação e juros baixos, com retomada do crescimento



Para Robson Braga de Andrade, desafio é combinar o ajuste fiscal com maior eficiência microeconômica

mais forte do PSDB, que pode fazer uma aliança de centro-direita e defender as reformas estruturais iniciadas por Temer.

ESTIMATIVAS PARA 2018

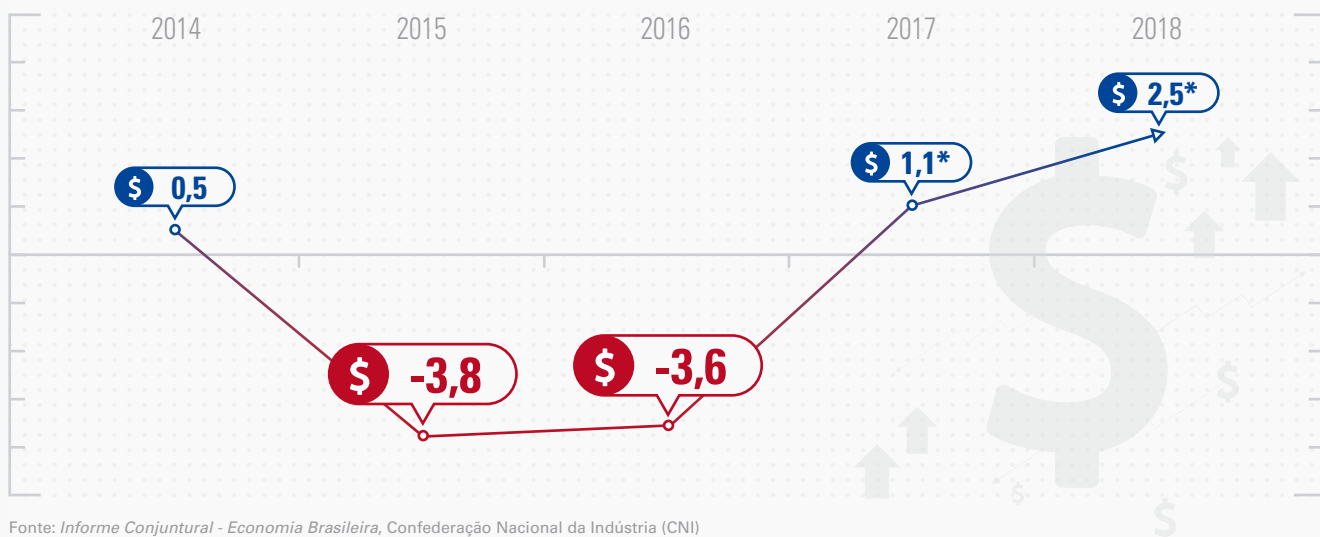
De acordo com Vale, os dados gerais da economia também estarão muito positivos em 2018, com inflação em torno de 4% e juros anuais próximos de 7%. Segundo

ele, a massa real de renda deverá crescer 4% no próximo ano, quando haverá eleições para a Presidência da República, os governos estaduais, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e os legislativos estaduais. O consultor avalia que o cenário eleitoral vai dificultar a aprovação de reformas constitucionais. "A reforma da Previdência Social creio que ficará para 2019,

mesmo desidratada, mas as outras, que não dependem de maioria qualificada, poderão avançar", afirma ele.

Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, diz que é necessário recuperar a capacidade de investimento das empresas. "No curto prazo há espaço para crescer sem grande esforço de investimento porque

PIB deve reagir após longa recessão (em porcentagem)



Fonte: Informe Conjuntural - Economia Brasileira, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

*Previsão

temos capacidade ociosa para atender a um aumento da demanda sem pressionar custos, principalmente no setor manufatureiro”, avalia. Mesmo assim, diz ele, em determinados segmentos, como o de bens de consumo duráveis e de bens de capital, mais sensíveis às mudanças tecnológicas, pode haver necessidade de investimento para atualização de produtos e processos. “Para crescer no médio e longo prazos, contudo, é imprescindível retomar o ciclo de investimento”, resume.

FOCO EM COMPETITIVIDADE

Segundo Castelo Branco, o motor do crescimento sustentado deve, necessariamente, ser a elevação do investimento privado. “Reativar esse motor exige aprofundamento e persistência no processo de reformas voltadas à melhoria do ambiente de negócios e à competitividade produtiva. A busca por um novo ciclo virtuoso de crescimento não pode ser fundada apenas no consumo. Esse foi o grande equívoco dos primeiros anos desta década. Nós batemos no limite que esse modelo tem”, diz o gerente-executivo da CNI.

O economista Juan Jensen, sócio da consultoria 4E, acredita que a recuperação será lenta. “Neste ano, após o crescimento de 1% no PIB do primeiro trimestre, baseado na safra agrícola e nas exportações, tivemos



Foto: Elza Fiuza/ABr

“O maior risco em 2018 é o populismo, diz Gustavo Loyola, ex-presidente do BC

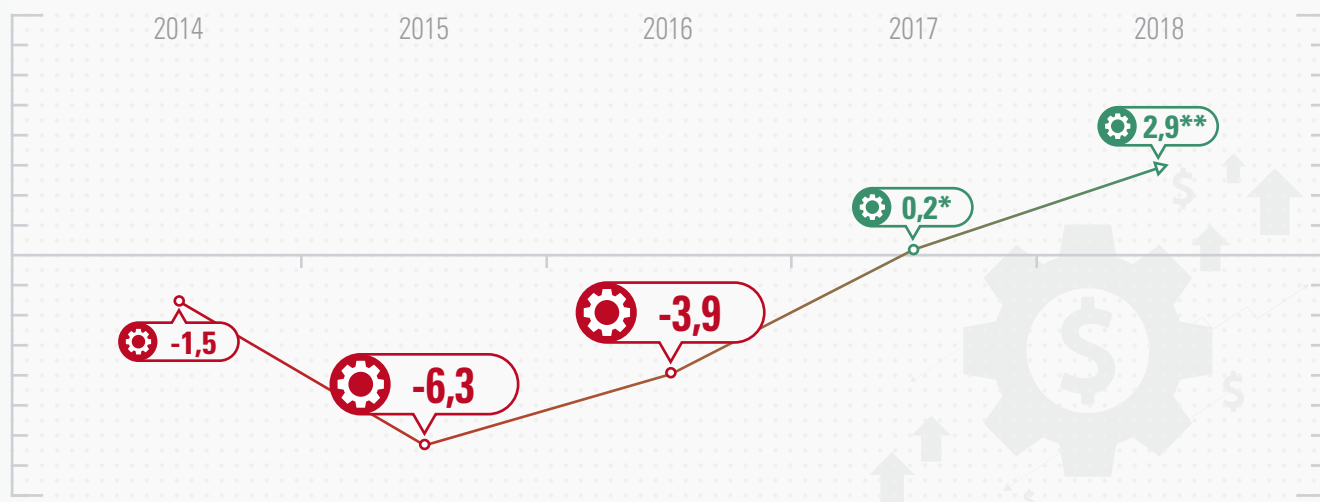
alta de 0,2% no PIB do segundo trimestre, mais disseminado em termos de produção e dinamizado pela forte alta do consumo do lado da demanda, e de 0,1% no terceiro trimestre. Esse aumento do consumo foi baseado sobretudo na liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mais recentemente pelo aumento da renda”, avalia.

Segundo ele, o PIB de fechar 2017 com alta de 0,8%. Para 2018, a 4E estima elevações do PIB trimestral entre 0,5% e 0,6% ao trimestre, puxados pela continuidade da

expansão do consumo. Com isso, calcula Jensen, o PIB de 2018 deve crescer 1,8% na comparação com este ano. “Nos parece que o crescimento esperado até o final de 2018 dependerá quase que exclusivamente da dinâmica do consumo. Parte da demanda será atendida por elevação das importações”, estima Jensen. Ele prevê taxas de crescimento mais fortes para 2019 e 2020, de 3,2% e 3,8%, respectivamente.

Há, entretanto, visões mais otimistas para o ano que vem. “Estimamos um crescimento de 2,8% em 2018, índice que

PIB Industrial foi o mais castigado pela crise (em porcentagem)



Fonte: Informe Conjuntural - Economia Brasileira, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

*Previsão **Boletim FOCUS, Banco Central

deve se repetir em 2019, com possibilidade de chegar a 3% se houver continuidade da agenda de reformas”, diz Gustavo Loyola, sócio da consultoria Tendência e ex-presidente do Banco Central. “O ano de 2017 teve avanços. Se a gente tivesse ficado na política anterior, certamente o Brasil estaria bem pior. É evidente que os avanços poderiam ter sido maiores. Estamos perdendo algumas oportunidades, especialmente se não fizermos logo a reforma da Previdência”.

“O maior risco em 2018 é o populismo político. Nós estamos na nossa maior crise de crescimento, saindo da pior crise nos últimos 70 anos, por causa de políticas econômicas irresponsáveis. E esse é sempre um risco ao sul do Equador. A América Latina é pródiga nesse tipo de risco”, afirma o ex-presidente do BC. Embora diga que há questões internas que podem atrapalhar a economia brasileira, ele avalia que retomar o caminho do crescimento econômico depende basicamente dos brasileiros.

Na opinião de Ricardo Sennes, sócio-diretor da consultoria Prospectiva, essa primeira fase de retomada da economia vai acontecer principalmente pelo maior uso da capacidade instalada no setor produtivo, com uma recuperação ainda muito lenta do nível de emprego. “É um cenário otimista do ponto de vista da retomada da

economia, mas nada que anime muito, por exemplo, especialmente quanto à recuperação da taxa de investimento, que está próxima a 15% do PIB”, diz Sennes. O analista não vê sinais de que esse índice possa mudar tão cedo. “Essa é uma fragilidade da economia brasileira no médio prazo”, avalia.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

A virada do consumo das famílias, que deve continuar em alta em 2018, começou a ser registrada no segundo trimestre de 2017. Entre abril e junho, o consumo das famílias voltou a ser positivo, depois de dois anos de queda. O avanço de 1,4% do consumo garantiu o crescimento de 0,2% do PIB no período, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pelas contas de Sérgio Vale, da MB Associados, o PIB vai crescer 0,7% em 2017 e 70% dessa variação serão devidos ao consumo.

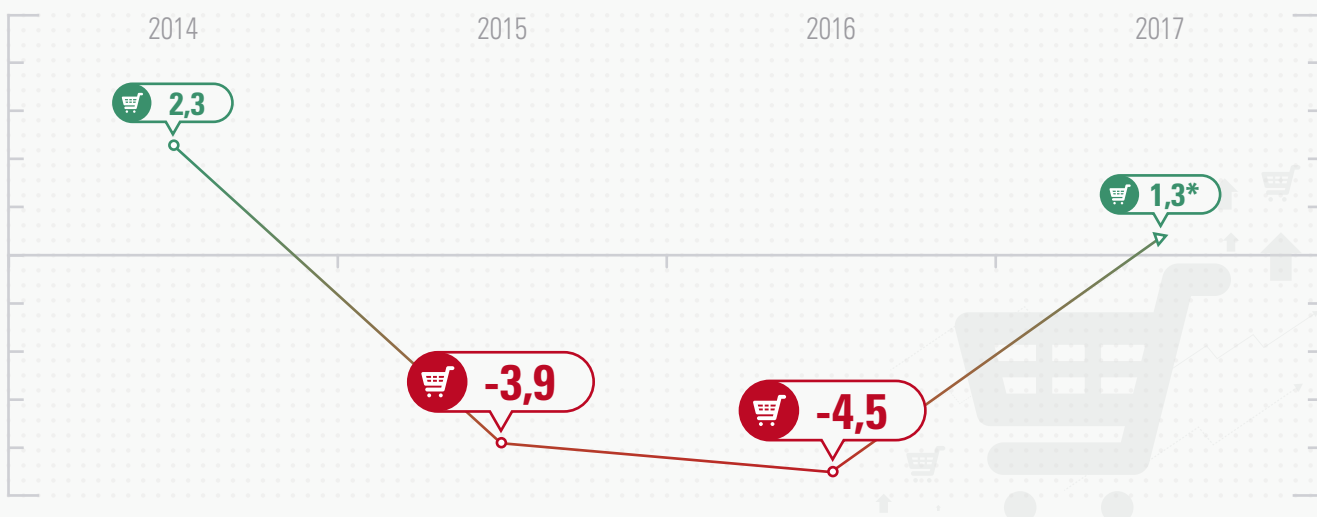
Para 2018, a expectativa da consultoria é que o consumo das famílias avance 2,8% e represente 60% do crescimento do PIB, estimado em 3%. “O consumo responderá um pouco menos no ano que vem, mas ainda assim será importante e estará sustentado por um mercado de trabalho mais robusto e pela evolução real da massa de renda que, de fato, deve começar a crescer”, estima ele. A MB destaca também a expressiva redução do endividamento

das famílias e do nível de comprometimento da renda ao final do primeiro semestre como elementos que favorecem o aumento do consumo. O comprometimento dos pagamentos com dívidas sobre a renda total, que era de 42% em junho de 2015, encerrou o primeiro semestre deste ano em 21,1%.

Mas, mesmo com o crescimento, ainda levará tempo para o consumo voltar aos patamares de antes da crise. Nos últimos dois anos e meio houve uma redução de R\$ 79,7 bilhões no consumo, segundo cálculos da consultoria Tendências. Nesse período, as famílias mudaram o padrão de consumo para economizar. Das despesas do dia a dia, com alimentos e itens de higiene e limpeza, à aquisição de bens de maior valor, como eletrodomésticos e veículos, o brasileiro optou por produtos mais baratos e até usados.

Para a CNI, a recuperação atual da economia tem um componente cíclico com fôlego limitado. No período recessivo, segundo Flávio Castelo Branco, famílias e empresas realizaram ajustes, principalmente no que se refere ao nível de endividamento, fortemente alavancado nos primeiros anos da década. Mas a forte queda da inflação foi fator determinante para a recuperação do consumo, pois preservou a renda real dos indivíduos que mantiveram seus empregos. Fatores pontuais, como a liberação dos recursos

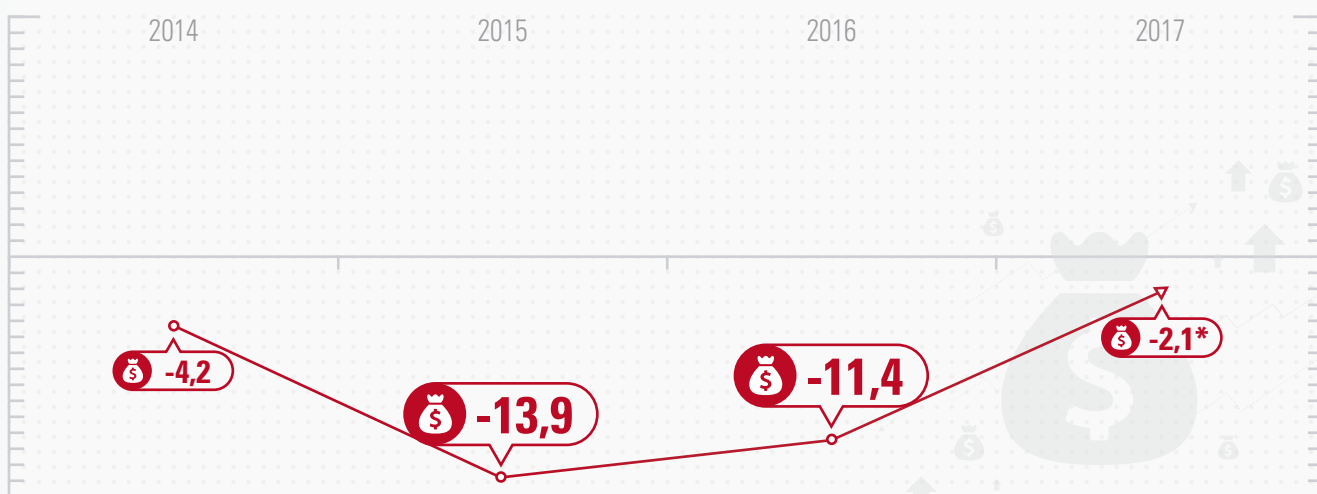
Consumo das famílias deve ser a principal fonte do reaquecimento (em porcentagem)



Fonte: Informe Conjuntural - Economia Brasileira, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

*Previsão

Investimentos ainda com retração (em porcentagem)



Fonte: Informe Conjuntural - Economia Brasileira, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

*Previsão

do FGTS, também contribuíram para sedimentar a reativação da demanda.

De acordo com o Informe Conjuntural, a contribuição das exportações foi elemento importante para a recuperação da demanda, principalmente de produtos da indústria. “A posição favorável das contas externas foi um fator de estabilidade. Contrariamente a outros momentos de crise, as dificuldades atuais não foram ocasionadas por restrições de ordem externa. A manutenção de reservas elevadas e a redução do déficit em conta corrente foi um elemento estabilizador para o mercado de câmbio, favorecido pelo ambiente de ampla liquidez internacional”, avalia a CNI no documento.

Na indústria, conforme avaliação da entidade, a gradual recuperação do consumo das famílias criará condições para o aumento da produção de forma mais disseminada. Os estoques estão ajustados e o aumento da demanda deverá se transmitir à produção. Alguma oscilação da atividade industrial ainda poderá ser observada nos próximos meses, mas, aos poucos, as variações negativas irão ser mais brandas e as positivas, mais intensas. A sustentação do crescimento em 2018, contudo, dependerá da reação do investimento, o que ainda não ocorreu.

Na avaliação da CNI, é preciso colocar a modernização da estrutura tributária brasileira na agenda prioritária. Segundo

o Informe Conjuntural, o foco dessa reforma deve ser a simplificação e a eficiência porque o atual sistema é oneroso às empresas e gera grande custo de conformidade e contenciosos, em função de regras complexas e que se alteram com frequência. Esses custos afetam a competitividade dos produtos brasileiros e geram insegurança jurídica, com impacto negativo no investimento.

RISCO POLÍTICO

Para o cientista político Humberto Dantas, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, o quadro eleitoral deve apresentar uma grande volatilidade no primeiro semestre de 2018, quando devem ser definidos os candidatos dos principais partidos. Essa volatilidade deverá estar presente nas pesquisas, principalmente com uma polarização entre ex-presidente Lula e Bolsonaro, e isso poderá afetar o cenário econômico. “Se os nomes que o mercado financeiro avalia melhor conseguirem fazer uma coalizão e crescerem nas pesquisas, haverá menor instabilidade”, prevê.

Questionado sobre os riscos políticos, Vale, da MB Associados, diz que “esse risco existe, mas é diferente de 1989”. Segundo ele, naquele ano, Lula e Fernando Collor de Mello foram os outsiders extremos que conseguiram se sobressair, mas tinham um discurso

montado e coerente, afirma. “Não é o caso do Bolsonaro, que mesmo com muito media training, não consideramos que consiga avançar, especialmente quando começarem os debates. No caso de Lula, não é o candidato de 2002, pois não haverá carta ao povo brasileiro para apresentar. Pelo contrário, ele está indo mais para a esquerda com sinalização de desmontar o que já foi feito até agora. Por mais que seja só discurso, teria potencial de causar estragos na economia ano que vem”.

Vale, no entanto, não acredita na candidatura de Lula. “Consideramos que a questão jurídica valerá e ele não sairá candidato, mas isso depende da cabeça dos juízes no final”. Condenado em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro no âmbito da operação Lava Jato, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP), Lula entrou com recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que ainda não foi julgada. Se a condenação for confirmada, Lula não poderá ser candidato. “Ainda não se consolidou o candidato de centro com o papel de levar as reformas adiante, mas certamente haverá uma disputa grande entre esses possíveis candidatos, que hoje podem ser dois nomes do PSDB: Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, e João Doria,

prefeito de São Paulo”, diz Vale.

A Prospectiva também não acredita na candidatura de Lula. “Trabalhamos com um cenário no qual Lula não é candidato. E por várias razões. Preso ou não preso, achamos que tem mais sentido ele não ser candidato. Outro ponto: o potencial do Bolsonaro de realmente se viabilizar como um polo político definitivo nessa campanha é muito limitado. Ele deve crescer agora, quando não há uma candidatura de centro-direita mais claramente colocada, mas tende a diminuir quando se viabilizar um candidato um pouco mais forte de centro-direita”, comenta Ricardo Sennes.

Do ponto de vista político, diz ele, a variável que pode afetar a economia é ter um candidato de centro-direita capaz de montar uma aliança política envolvendo, pelo menos, um grande partido mais três ou quatro partidos médios. “Essa é a variável fundamental. Se isso surge, acho que as chances de esse candidato se tornar a alternativa preferencial, ser o voto útil de uma parte importante do eleitorado, é bastante grande. E o nome mais forte que tem para ocupar essa posição é o Alckmin, tendo um candidato a vice de um partido grande ou médio com origem no Nordeste, que pode ser o DEM, com o prefeito de Salvador, ACM Neto”, especula Sennes.

“Nessas condições, Alckmin seria um

candidato que carregaria o grosso da preferência do eleitorado. Se esse cenário se consolidar, o impacto de uma guinada na política econômica a partir de 2019 se reduz drasticamente. A gente acha que até o meio do ano que vem ainda predomina essa ideia de Temer e Meirelles orientando a agenda macroeconômica. E depois da metade do ano, conforme for se consolidando uma candidatura de centro-direita, como imaginamos, Alckmin deve carrear a preferência e indicar, de maneira clara, a continuidade da política econômica”, resume ele.

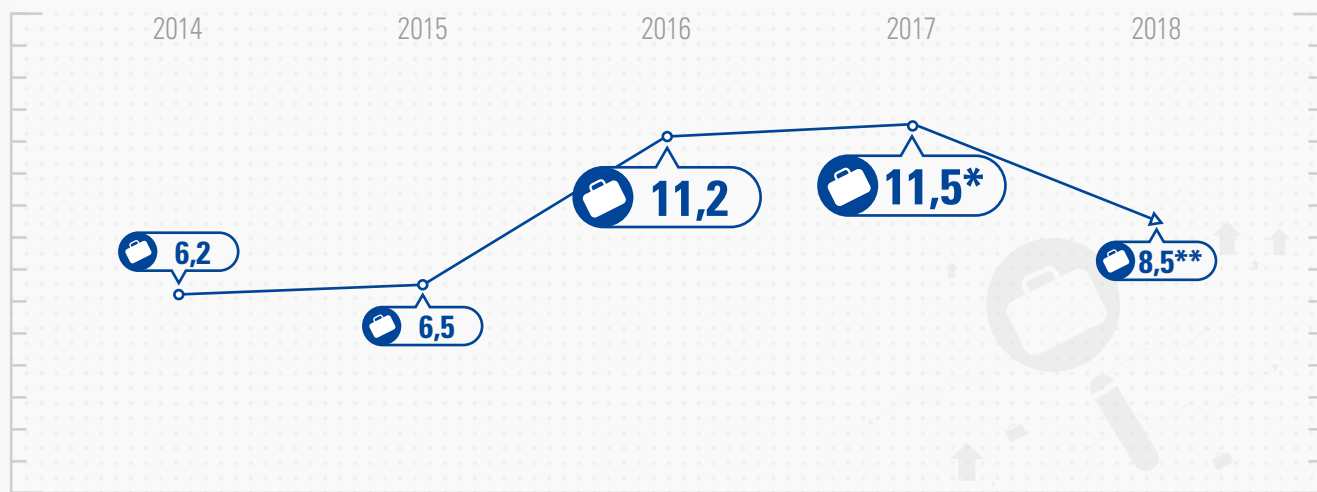
FOCO EM COMPETITIVIDADE

Humberto Dantas, da FGV-SP, diz que, apesar de as pesquisas apontarem Lula e Bolsonaro como os nomes com maior intenção de votos, o cenário ainda é de muitas incertezas. “Este foi um ano de votações legislativas importantes, que tentaram dar início a um novo ciclo de reformas econômicas, mas ainda estamos longe de dizer que esse caminho é tranquilo. Os desafios se mostram mais de longo prazo. Nós não estamos numa crise econômica que vá se resolver, por exemplo, poucos meses a partir da eleição de um novo presidente, por mais pró-mercado que ele seja. Ainda temos um tortuoso caminho pela frente. E isso 2017 deixou muito claro”, observa o cientista político.

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a cientista política Silvana Krause chama a atenção para o que ela qualifica de paradoxo do governo Temer. “Há hoje uma completa desconexão da opinião pública com o governo, mas por outro lado este tem uma grande capacidade de construção de aliança do Executivo no Congresso Nacional, que foi uma grande dificuldade no governo Dilma. É um paradoxo”, afirma ela, destacando que essa aliança foi fundamental para Temer conseguir que a Câmara dos Deputados derrubasse os dois pedidos de abertura de inquérito apresentados pela Procuradoria Geral da República.

Na mesma linha, Ricardo Sennes, da Prospectiva, diz que “2017 foi um ano muito paradoxal”. Segundo ele, “o governo federal ficou sob um tiroteio muito forte, desde as denúncias da JBS, e tinha tudo para ser um governo muito fraco. Mas o saldo do ano é surpreendentemente positivo, no sentido de que, se não tivesse a JBS, a reforma previdenciária provavelmente teria avançado”. Ainda assim, muito foi conquistado, diz Sennes, como a aprovação da reforma trabalhista num momento de crise, mudanças importantes no setor de óleo e gás e a atração de investimentos externos diretos, que devem chegar a US\$ 81 bilhões no ano.

Retomada do crescimento deve reduzir o desemprego (em porcentagem)



Fonte: Informe Conjuntural - Economia Brasileira, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

*Previsão **Estimativa de José Marcio Camargo, economista-chefe da OPUS Investimentos

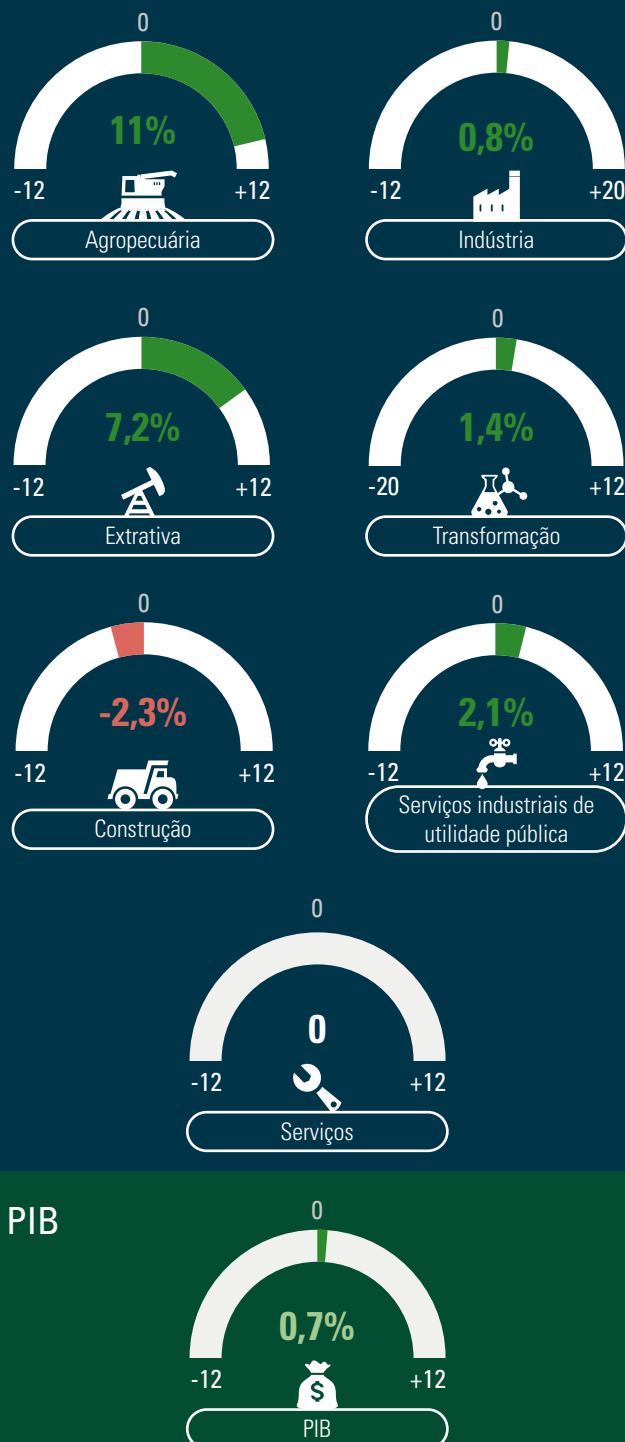
OS PRINCIPAIS NÚMEROS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2017 E 2018

Estimativas da CNI para o PIB em 2017

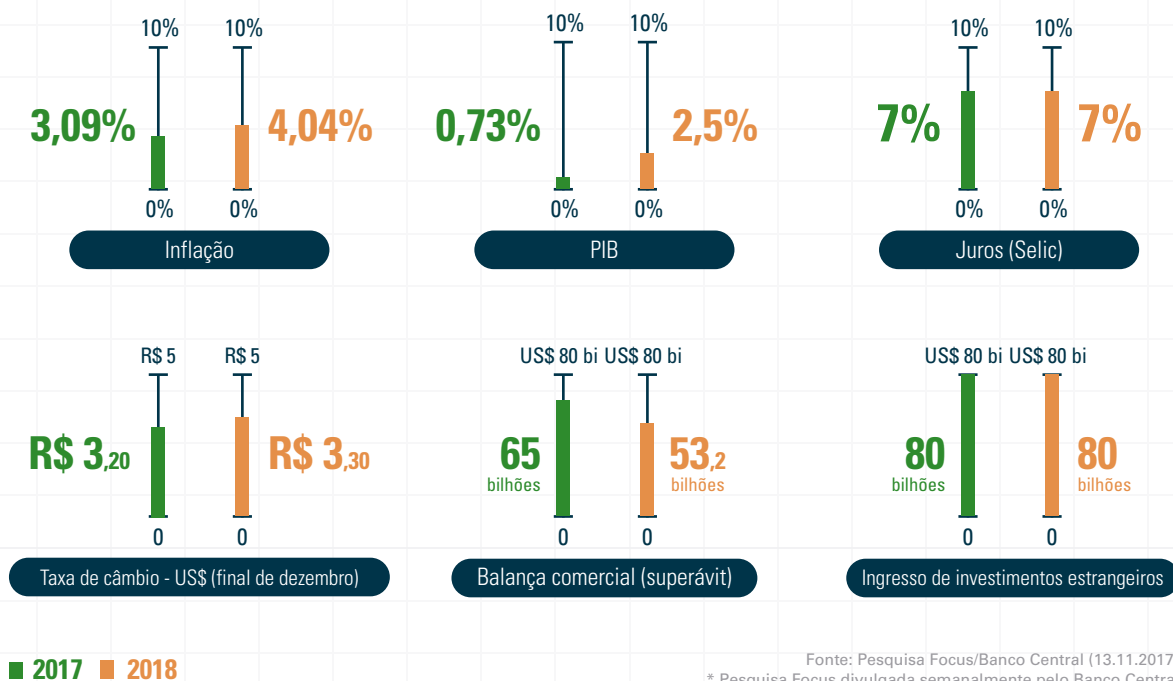
Ótica da demanda



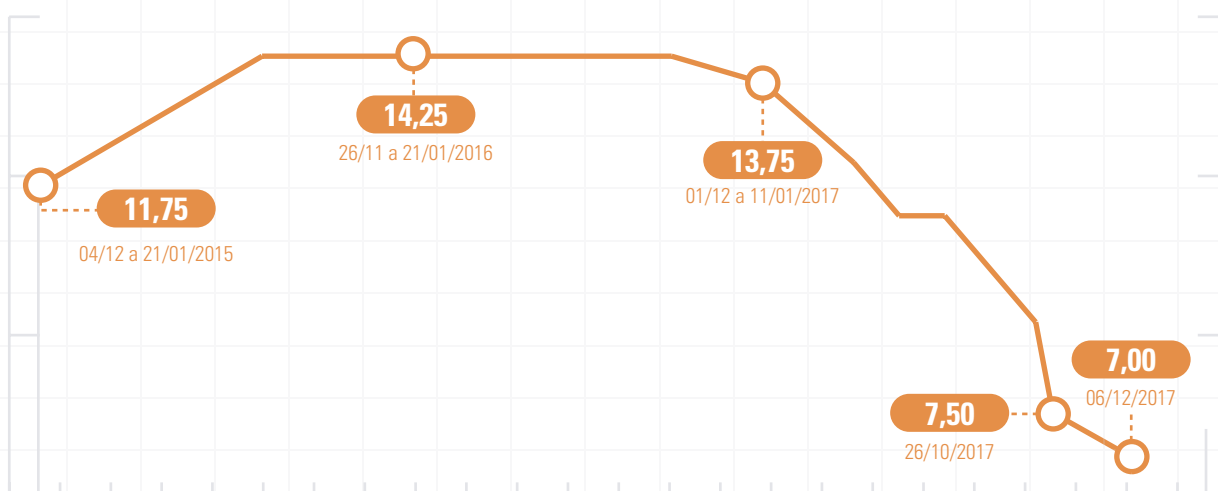
Ótica da oferta



Estimativas do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos*



Juros em queda - Evolução da taxa Selic



Fonte: Banco Central

OS PRÓXIMOS DESAFIOS NACIONAIS E GLOBAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

CNI ANALISA O IMPACTO DAS GRANDES MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO BRASIL E NO MUNDO PARA ELABORAR O MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA DO PERÍODO 2018-2022



Foto: Arnaud Bouissou – MEDDE / SG COP21



Decisão unilateral dos Estados Unidos de deixar o Acordo de Paris, celebrado em 2015 na COP-21, lança incertezas sobre a redução da emissão de gases de efeito estufa

As diversas mudanças verificadas no cenário mundial e no Brasil nos últimos anos foram os pontos de partida para a elaboração do *Mapa Estratégico da Indústria* para o período de 2018 a 2022. “Entre 2013 e 2017, o Brasil e o mundo passaram por mudanças expressivas, na economia e na política, com impactos sobre escolhas estratégicas dos agentes econômicos. Neste novo ambiente, a indústria precisa ser capaz de orientar suas escolhas e ações em cenários que ainda não estão claros”, avalia o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, na apresentação do documento *Tendências Mundiais e Nacionais com Impacto na Indústria Brasileira*, que apresenta os insumos para elaboração do novo mapa.

Os últimos 10 anos foram marcados por grandes transformações econômicas e políticas, no Brasil e no mundo. Para avaliar as opções e os desafios próximos, diz o estudo, é importante considerar os principais condicionantes externos e internos. Afinal, os reflexos da crise econômica internacional, iniciada em 2008, ainda estão presentes e são percebidos tanto na desaceleração da economia mundial quanto na redução

dos fluxos de comércio internacional. Boa parte dos países desenvolvidos retomou sua trajetória de crescimento, mas o cenário atual é marcado por tensões sobre rumos, mudanças de expectativas e movimentos nacionalistas anti-imigração e protecionistas.

GLOBALIZAÇÃO ESTAGNADA

As eleições nos países desenvolvidos têm sido acompanhadas por discursos antiglobalizantes, tanto no âmbito do trabalho quanto no da produção. O processo de globalização pode não estar retrocedendo, mas também não está progredindo como antes, avalia o estudo da CNI.

Uma das razões para isso está na crescente e compreensível preocupação com a sustentabilidade, em função do aquecimento global e da maior incidência de eventos climáticos extremos. O tema saiu da pauta original de protestos de grupos específicos para fazer parte da agenda política e econômica dos países, bem como da estratégia das empresas, conforme o estudo. O acesso a mercados, sobretudo aos de países desenvolvidos, está mais difícil, em razão da criação de requisitos com base em cláusulas ambientais, tendência reforçada

pelas demandas dos consumidores. Os princípios da “economia verde” ganham força, impulsionando a geração de valor pela redução de emissões e maior eficiência no uso de recursos naturais.

Apesar da decisão dos Estados Unidos de deixar o Acordo de Paris, os avanços na agenda ambiental seguem como tendência mais provável, avalia o estudo que servirá de base para a elaboração do *Mapa Estratégico* para o período 2018-2022. No caso da indústria 4.0, por exemplo, a introdução de novas tecnologias de forma ampla na produção manufatureira possibilita a melhoria da eficiência operacional, pela redução de custos (otimização de processos, eficiência no uso de recursos e redução de defeitos nos produtos), pela flexibilização das linhas de produção (o que possibilita a customização em larga escala), pelo encurtamento de prazos de lançamento de produtos e pela introdução de novos produtos, serviços digitais e modelos de negócio.

No âmbito nacional, conforme o estudo elaborado pela CNI, o Brasil ainda enfrenta uma das piores crises políticas e econômicas de sua história. Três anos seguidos de crescimento negativo deixaram como saldo uma queda acumulada de



Foto: Valter Campanato/ Agência Brasil

A grave crise econômica do país aumentou severamente o desemprego e gerou protestos

O QUE A INDÚSTRIA BRASILEIRA PODE ESPERAR DOS PRÓXIMOS ANOS



Emergência de um novo ciclo de reformas econômicas e institucionais



Transição demográfica acelerada, com envelhecimento populacional



Pressão para ir além do mercado doméstico e disputar novos espaços



Descentralização regional e crescimento das cidades médias



Cada vez maior demanda por serviços públicos de qualidade

Fonte: CNI



16,8%, entre 2013 e 2016, na produção física industrial, e uma taxa de desemprego média de 11,5% em 2016, ano de referência do estudo. Outra consequência da crise econômica, diz o documento, é a inversão do sentido da mobilidade social. A parcela da população que se beneficiou da formalização do trabalho e viveu a ascensão da “nova classe média” se vê retornando à informalidade e perdendo poder de compra, enfrentando, ainda, elevados níveis de endividamento. Isso resulta em aumento da pobreza e maior dependência dos programas sociais e serviços públicos.

De acordo com o estudo, a crise econômica evidenciou também a falta de sustentabilidade da atual estrutura do Estado brasileiro. Conforme o documento, o crescente desequilíbrio entre receitas e despesas públicas torna mais urgente a necessidade de o Estado brasileiro rever seu tamanho e ampliar sua eficiência. Do ponto de vista político, o

Brasil está imerso em um ambiente de elevada instabilidade desde as manifestações de 2013, passando pelo processo de impeachment e pela Operação

Estado mais eficiente e com instituições que transmitam os incentivos corretos, o país será capaz de lidar simultaneamente com a escassez de recursos,

com grandes passivos sociais e com os efeitos da rápida transição demográfica sobre os gastos com previdência e com saúde”, avalia o documento.

Nessa agenda, conforme o estudo, as empresas devem colocar em seus cenários a tendência de revisão e atualização dos mecanismos de interação do governo com o setor privado. O padrão atual mostra claros sinais de esgotamento: falta de re-

ursos fiscais, ineficiência dos instrumentos, problemas de governança e questionamentos em órgão multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse cenário, as empresas devem adaptar suas estratégias para cenários com menos proteção e com novas formas de relação com o Estado.

“Somente com um Estado mais eficiente e com instituições que transmitam os incentivos corretos, o país será capaz de lidar simultaneamente com a escassez de recursos, com grandes passivos sociais e com os efeitos da rápida transição demográfica”

diz o documento *Tendências Mundiais e Nacionais com Impacto na Indústria Brasileira*

Lava Jato, cujos desdobramentos finais ainda são imprevisíveis.

Às vésperas de novas eleições presidenciais, marcadas para outubro de 2018, há, segundo o estudo, uma crescente necessidade de reforma e reinvenção do Estado brasileiro para enfrentar os desafios econômicos, demográficos e sociais. “Somente com um

A INTENSIDADE É FRACA, MAS OS SINAIS SÃO DE RECUPERAÇÃO

PARA JOSÉ AUGUSTO FERNANDES, O BALANÇO DE 2017 MOSTRA QUE O PIOR JÁ PASSOU E QUE OS AVANÇOS REGULATÓRIOS SUPERARAM AS EXPECTATIVAS, MAS DIZ QUE O GOVERNO AINDA PODE FAZER REFORMAS MICROECONÔMICAS QUE NÃO PASSAM PELO CONGRESSO

Dar continuidade às reformas econômicas já realizadas é fundamental para manter a recuperação da economia nos próximos anos. A opinião é do diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes. “Quanto mais tivermos continuidade das reformas microeconômicas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios e as reformas com impacto fiscal, como a da Previdência Social, maior vai ser o impacto para esse processo de recuperação”, diz o dirigente. Segundo ele, ainda existe muita capacidade ociosa na indústria e isso é um limitador para decisões de investimentos, notadamente de ampliação de capacidade de produção.

Do ponto de vista econômico, qual a expectativa para 2018?

A expectativa é de continuidade da recuperação da economia. A intensidade ainda é fraca, mas todos os sinais disponíveis indicam tanto a recuperação do consumo quanto uma progressiva recuperação do

investimento. Em resumo, saímos da recessão. Obviamente, quanto mais tivermos continuidade das reformas microeconômicas, voltadas para a melhoria do ambiente de negócios e das reformas com impacto fiscal, como a da Previdência Social, maior vai ser o impacto para esse processo de recuperação. É fundamental que evitemos ruídos ao longo do percurso. Como já teremos o ruído eleitoral, é importante que evitemos os ruídos na área econômica porque isso poderá prejudicar a economia e colocar em risco a queda da taxa de juros, o que não gostaríamos que ocorresse.

A quais reformas microeconômicas você se refere?

Eu me refiro às reformas no âmbito do Executivo, que não dependem do Congresso Nacional. Há um conjunto de reformas regulatórias que podem afetar positivamente o ambiente de negócios, desde as reformas associadas ao modelo do sistema elétrico à questão do gás ou de propriedade de terras de estrangeiros e

licenciamento ambiental. Algumas dessas reformas atingem setores importantes para o processo de recuperação da economia, como é o caso do setor de infraestrutura.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a indústria começou a ter uma pequena recuperação. Qual a expectativa para o próximo ano?

Na medida em que todas as condições atuais da economia se mantiverem, como taxa de juros e inflação baixas, a indústria vai se beneficiar desse cenário. Espero que não haja uma inversão desse cenário benigno na área macroeconômica.

Embora ainda esteja baixo, o investimento começou a se recuperar, como mostram os dados do terceiro trimestre de 2017, correto?

Ainda existe muita capacidade ociosa na indústria e isso é um limitador para decisões de investimentos, notadamente de ampliação de capacidade de produção.



O diretor de Políticas e Estratégia da CNI considera que o endividamento das empresas limita a recuperação da economia

Mas as empresas são obrigadas a se modernizar, a buscar eficiência por força da competição. Portanto, mesmo com capacidade ociosa, as empresas são obrigadas a fazer investimentos para melhorar processos, melhorar produtos. Esse tipo de investimento começa a ocorrer na economia. É normal, também, que haja uma certa heterogeneidade entre os diversos setores. Há alguns com excesso de capacidade de produção e outros que terminaram um ciclo de investimento há mais tempo e podem estar iniciando um novo ciclo de investimentos. Então, os setores vão se posicionando. Eu diria que os grandes investimentos ainda são feitos com uma certa cautela.

Em relação à taxa de juros, qual sua expectativa?

Continuamos trabalhando com um cenário benigno, em que a taxa se aproxima dos 7%. Nesse cenário, teremos tanto a recuperação do consumo, com famílias menos endividadas, quanto a recuperação para as empresas, que passaram por um

processo doloroso de resolução dos seus problemas de dívidas, criando limites para a recuperação. Um caso que mostra claramente a dramaticidade do nível de endividamento que se passou na economia brasileira é a Petrobras. A empresa paga, hoje, juros anuais superiores a US\$ 6 bilhões. A média das empresas equivalentes é próxima de US\$ 1 bilhão. Com isso, a capacidade de investimento da Petrobras fica muito limitada. Isso explica, inclusive, seu processo de venda de ativos.

O emprego também mostra sinais de recuperação. O que devemos esperar para 2018?

A tendência é de redução progressiva do nível de desemprego. Não será uma queda rápida, mas sempre que há capacidade ociosa elevada, o emprego é o último a se recuperar. Felizmente essa recuperação já começou.

Há algum outro fator importante a ser destacado no cenário para 2018?

Não tenho dúvidas de que começaríamos melhor 2018 se tivéssemos ultrapassado a questão da Previdência. O déficit da Previdência é praticamente o déficit do setor público. Se houver mais segurança sobre a trajetória do endividamento brasileiro no longo prazo, haverá um ambiente mais propício até mesmo para uma nova rodada de redução da taxa de juros e de aumento da confiança dos investidores. Um cenário que indique continuidade das reformas permitiria caminhar para um processo importante de recuperação da economia brasileira nos próximos quatro anos.

Qual a sua avaliação do ano de 2017?

O ano trouxe surpresas positivas. Houve um conjunto de avanços na área regulatória. Na área fiscal é positivo, talvez tenhamos tido mais reformas do que imaginávamos há um ano e talvez menos reformas do que se precise. É um balanço positivo. E terminamos o ano com uma notícia de dados mais consistentes de recuperação da economia.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DEPENDE DAS REFORMAS

O PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, ILAN GOLDFAJN, AVALIA COM OTIMISMO O MOMENTO ATUAL DA ECONOMIA BRASILEIRA, SOBRETUDO EM COMPARAÇÃO COM OS DOIS ÚLTIMOS ANOS, MAS RECONHECE ENTRAVES PARA NOVOS AVANÇOS

A continuidade dos ajustes e das reformas, em particular a da reforma da Previdência, é importante para o equilíbrio da economia, diz o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Segundo ele, a economia brasileira deve seguir em trajetória de recuperação gradual. “Temos observado também a recomposição do poder de compra das famílias e a recuperação do consumo. A retomada dos investimentos é o próximo passo esperado para gerarmos crescimento sustentável no médio e no longo prazos”, afirma. Ele diz ainda que o BC está preparado e vai atuar para garantir estabilidade econômica em 2018, quando haverá eleições presidenciais.

Qual é sua avaliação sobre o desempenho da economia brasileira em 2017?

Nossa situação econômica apresentou avanços importantes. Temos agora

a conjunção de três fenômenos: a redução da inflação, a queda das taxas de juros e a recuperação da economia brasileira. A condução firme da política monetária, aliada à mudança na direção da política econômica de forma geral, foi decisiva para reduzir as expectativas de inflação e para colocá-la em trajetória de queda. Além disso, em face das expectativas da inflação ancoradas em torno da meta e do alto grau de ociosidade na economia, a taxa Selic recuou 675 pontos-base desde outubro de 2016. Há também melhorias nas condições do nosso mercado de crédito e a economia brasileira dá sinais de recuperação, com geração de emprego.

É possível afirmar que o pior realmente já passou?

Após dois anos de recessão, o conjunto recente dos indicadores de atividade econômica mostra sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia

brasileira. Depois de um crescimento de 1% no primeiro trimestre deste ano, em comparação aos três meses anteriores, nossa economia teve um crescimento adicional de 0,2% no segundo trimestre de 2017. Em sequência ao bom desempenho no primeiro semestre, dados mais recentes continuam apontando para uma recuperação gradual. Até agosto, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) acumula crescimento de 0,3% no ano. A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD-M) caiu para 12,4% em setembro, após atingir o pico de 13,7% em março de 2017. Além disso, na avaliação de analistas de mercado, as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são de 0,7% para 2017 e 2,5% para 2018. É importante enfatizar que essas expectativas de crescimento para 2017 e 2018 são maiores que as esperadas no final do ano passado.



"Mesmo reconhecendo os desafios, temos que insistir nas reformas", diz Goldfajn

O mercado financeiro parece hoje mais otimista para o próximo ano. Quais as expectativas do Banco Central para 2018?

A expectativa do Banco Central é que a economia deve seguir em trajetória de recuperação gradual, cujos sinais são perceptíveis, como, por exemplo, os avanços observados no emprego. Temos notado também a recomposição do poder de compra das famílias e a recuperação do consumo. A retomada dos investimentos é o próximo passo esperado para gerarmos crescimento sustentável no médio e no longo prazos.

Tudo indica que o país fechará o ano com uma das mais baixas taxas de juros da história, mas as restrições fiscais e as dificuldades para a votação da reforma da Previdência podem prejudicar a manutenção dessa trajetória de queda dos juros básicos?

A taxa Selic recuou 675 pontos-base desde outubro de 2016 e as taxas de

juros reais (juros nominais menos inflação), estimadas usando várias medidas, se encontram entre 2,5% e 3,1%, valores próximos aos mínimos históricos. A fim de garantir que a tendência de queda das taxas de juros reais seja sustentável, é necessário continuar os esforços de reduzir a taxa de juros estrutural. Para isso, temos que perseverar no caminho dos ajustes e das reformas.

As incertezas políticas, decorrentes da eleição presidencial, poderão afetar esse cenário?

O cenário básico do Banco Central envolve fatores de risco em ambas as direções. Por um lado, temos a combinação de possíveis efeitos secundários do choque favorável nos preços de alimentos e da inflação de bens industriais em níveis correntes baixos e também da possível propagação do nível baixo de inflação que pode produzir trajetória prospectiva abaixo do

esperado. Mas por outro lado, há uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e dos ajustes necessários na economia brasileira, que pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária. Esse risco aumenta se o atual cenário externo, favorável para economias emergentes, mudar.

Quais os principais obstáculos para uma retomada do crescimento sustentável da economia?

A continuidade dos ajustes e das reformas, em particular a da reforma da Previdência, é importante para o equilíbrio da economia, com consequências favoráveis para a desinflação, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia brasileira. Mesmo reconhecendo os desafios, temos que insistir na agenda de reformas.



MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA FOI DEBATIDA EM SEMINÁRIO DA CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou o *Seminário Visões da Modernização Trabalhista: Lei nº 13.467/17*. O evento reuniu especialistas da academia, do setor privado e da Justiça do Trabalho para abordar as relações do trabalho sob a perspectiva do novo marco que valoriza a negociação coletiva e regulamenta a terceirização. Discutiu-se os desdobramentos das inovações para o ambiente de negócios brasileiro, bem como o desafio da construção de uma nova história de crescimento econômico e de transformação social do Brasil.

CNI E BANCADA FEMININA DA CÂMARA DEBATEM INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Encontro com deputadas federais promovido pela CNI, em Brasília, discutiu iniciativas nas áreas de qualificação profissional e atenção à saúde da mulher, além de políticas para promover maior igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Na ocasião, debateu-se também o papel da mulher como protagonista da mão de obra na indústria 4.0. As mulheres são 25% da mão de obra da indústria brasileira. Dados apresentados pela CNI às deputadas mostram que o ensino técnico tem se mostrado uma boa opção para o ingresso no mercado de trabalho, sobretudo em áreas de maior teor tecnológico.



ACORDO FACILITA EXPORTAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A CNI e o governo federal assinaram acordo de cooperação técnica para integrar o *Rota Global* ao *Plano Nacional de Cultura Exportadora*. O *Rota Global* é um programa do setor privado que dá consultoria personalizada e gratuita a empresas que desejam exportar para o mercado internacional. A ideia é atender 474 empresas – a maioria de pequeno e médio porte – de mais de 20 setores, entre eles alimentos, bebidas e cosméticos, em 17 estados brasileiros, para que elas comecem a exportar até, no máximo, abril de 2018. O programa custará R\$ 1,2 milhão.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA DE MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL

Entidades do Sistema Indústria e 14 setores industriais participaram, em Brasília, da 6ª edição do CNI Sustentabilidade 2017, no qual foram apresentados os avanços da indústria diante das tecnologias disruptivas – robótica, Internet das Coisas, realidade virtual, inteligência artificial, *big data*, nanotecnologia e indústria 4.0 – dentro da agenda de sustentabilidade pós Rio+20. Também foram debatidas experiências internacionais de precificação de carbono e a agenda de mudança do clima no Brasil para o cumprimento dos compromissos assumidos na COP-21 (Acordo de Paris).



MARCANTONIO VILAÇA VIAJA PELO BRASIL

Vai até o dia 22 de dezembro, em Brasília, a exposição com as obras dos artistas vencedores da 6ª edição do Prêmio CNI SESI SENAI Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas. Intitulada *A Intenção e o Gesto - Projeto Arte e Indústria*, a mostra homenageia o artista plástico cearense Sérvulo Esmeraldo, falecido em fevereiro. Uma das mais tradicionais premiações de arte do Brasil já contemplou 30 artistas e três curadores com bolsas para produção de trabalhos que percorreram o país em mostras itinerantes. Após exposições em Goiânia, em Fortaleza, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, as obras serão doadas a acervos de instituições culturais.





Avanço da Agenda Legislativa da indústria foi inédito em 2017

COMPETITIVIDADE NA PAUTA DO CONGRESSO

REFORMA TRABALHISTA, TERCEIRIZAÇÃO E SOLUÇÃO PARA INCENTIVOS FISCAIS
FORAM IMPORTANTES AVANÇOS DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 2017

As acaloradas discussões na Câmara dos Deputados já duravam nove horas, em 23 de março deste ano, quando o painel de votações revelou o placar: 232 votos “sim” contra 188 “não”. Às 20h45 daquela noite, numa das sessões mais tumultuadas dos últimos tempos, era aprovada a primeira lei sobre terceirização. Encerrava-se ali um debate de 19 anos sobre como regulamentar uma prática corriqueira mundo afora, mas que, no Brasil, se tornou tabu jurídico e tema de mais de 10 mil ações na Justiça do Trabalho.

A definição de um marco legal para a terceirização talvez seja, para o setor produtivo nacional, a mais simbólica votação do Congresso Nacional neste ano. Afinal, desde 2004, o assunto ocupava lugar cativo na *Pauta Mínima da Agenda Legislativa da Indústria*, o seletor conjunto de proposições definido como prioritário pela indústria brasileira, a cada ano, por seu papel estratégico na melhora do ambiente

de negócios do país. Das 16 propostas listadas em 2017, cinco se tornaram lei, num ano de significativos avanços.

“Muitos projetos caminharam de forma positiva, mas a aprovação da terceirização foi, sem dúvida, um avanço emblemático”, classifica a diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mônica Messenberg, referindo-se ao Projeto de Lei no 4.302, de 1998, que foi transformado na Lei nº 13.429/17.

A aprovação, de fato, marca uma mudança de postura do Brasil em relação a uma ferramenta moderna e que garante às empresas ganhos em eficiência e maior intercâmbio tecnológico. Até a aprovação da lei, reinava a dúvida sobre que atividade uma empresa poderia terceirizar. O risco permanente era de uma eventual demanda trabalhista sobre terceirização da atividade-fim, um conceito abstrato e exclusivamente brasileiro e fonte de interpretações variadas sobre

o que era ou não atividade principal de uma empresa.

A sanção da lei sobre terceirização ocorreu no calor das discussões de outra proposta que, há anos, é pauta prioritária do setor produtivo: a atualização das leis do trabalho. Apresentado em dezembro de 2016, pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei no 6.787 chegou à Câmara dos Deputados com um texto relativamente simples, composto por três artigos e tendo como principal premissa a valorização da negociação coletiva, dando “força de lei” ao que fosse pactuado entre empresas e sindicatos de trabalhadores.

No entanto, quando foi apresentado pelo relator da proposta, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), o parecer havia ganhado corpo, alterando mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943. Segundo o parlamentar, o objetivo era “racionalizar” o acesso à Justiça do Trabalho,

atualizar a lei para as novas formas de trabalho e dar segurança aos instrumentos coletivos. “Quem pode e tem a capacidade e a legitimidade de colocar as suas próprias necessidades são os empregados e os empregadores”, explicou.

Para o professor de direito do trabalho da Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), Luiz Carlos Robortella, a nova legislação promove o modelo de relações de trabalho que o Brasil perseguia havia muitos anos, mas que vinha esbarrando no viés ideológico dado ao tema. “Essa reforma tocou nos pontos centrais do problema. Vai estimular as empresas e os sindicatos a conversarem mais. É uma absoluta revolução que vínhamos tentando, para buscar ajustes de acordo com a realidade de cada empresa”, afirma.

SAÚDE FINANCEIRA

Apesar de terem movimentado os debates mais acalorados, não foi só a seara trabalhista que registrou importantes avanços no Congresso Nacional. Em 1º de junho, a Câmara encerrou um dos mais longos capítulos na história da chamada guerra fiscal, ao aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 54/15. Nascida no Senado, a proposta abriu caminho para a validação dos incentivos fiscais concedidos por estados, sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), à instalação de empresas e investimentos.

Para as empresas, a lei representa a segurança de que créditos concedidos sem o apoio dos outros estados não serão questionados na Justiça, evitando-se a cobrança de um passivo incalculável. Na avaliação de Rafael Cortez, cientista político e sócio da Tendências Consultoria, a convalidação foi passo importante, mas ainda tímido, diante da necessidade de uma ampla reforma do sistema tributário. “No melhor dos cenários, devemos ter uma simplificação, mas muito aquém do que seria preciso para se diminuir essa parte do custo Brasil”, observa.

A tranquilidade no campo fiscal foi reforçada com um alívio nas finanças das empresas. Após longo impasse na construção de uma proposta de consenso, o Congresso aprovou, em 5 de outubro,

PRINCIPAIS AVANÇOS DA PAUTA MÍNIMA



REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

PL 4.302/98, do Poder Executivo

Por que é positivo? Define regras para contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens especializados, permitindo a terceirização em qualquer atividade da empresa



Status: convertido na Lei nº 13.429/17



MODERNIZAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

PL 6.787/16, do Poder Executivo

Por que é positivo? Alterou mais de 100 pontos da legislação trabalhista, modernizando as relações de trabalho, principalmente pela valorização da negociação coletiva



Status: convertido na Lei nº 13.429/17



CONVALIDAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS

PLP 54/15, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

Por que é importante? Reconheceu e deu segurança jurídica às empresas que receberam benefícios como incentivo para investimentos por estados e Distrito Federal



Status: convertido na Lei nº 13.496/17



REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

MP 783/17, do Poder Executivo

Por que é positiva? A medida permite às empresas a recuperação de suas finanças, deterioradas após três anos de crise econômica, ao permitir a regularização da situação tributária perante o Fisco



Status: convertida na Lei nº 13.496/17

DAS 16 PROPOSIÇÕES PRIORITÁRIAS DESTA ANO, CINCO FORAM APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL E OUTRAS TRÊS EVOLUÍRAM POSITIVAMENTE. CONHEÇA AS PRINCIPAIS CONQUISTAS DE 2017:



REFORMA POLÍTICA

PEC 33/17, de vários senadores

Por que é positiva? Veda as coligações nas eleições proporcionais e estabelece cláusula de desempenho para acesso a recursos do fundo partidário, o que contribui para a melhora da governabilidade



Status: promulgada como Emenda Constitucional nº 97/17



LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PL 3.729/04, do deputado Luciano Zica (PT-SP)

Por que é positivo? Disciplina a concessão de licenças, definindo prazos máximos para emissão. Também reduz a burocracia e define as competências da União, de estados e de municípios



Status: construção de relatório de consenso na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PEC 287/16, do Poder Executivo

Por que é positiva? Define idade mínima para aposentadoria e prevê outras providências que contribuem para promover o reequilíbrio e a sustentabilidade do sistema previdenciário



Status: Expectativa de votação de proposta enxuta, com definição de idade mínima e equiparação dos regimes do setor privado e do funcionalismo



REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP)

Por que é positivo? Disciplina a conduta dos profissionais de relações governamentais e institucionais, com regras claras para cadastro e previsões de punições em casos de condutas inapropriadas



Status: construção de texto de consenso, pronto para ir ao Plenário da Câmara

o programa que permite a empresas e pessoas físicas o parcelamento de dívidas com o Fisco. A CNI, as federações e associações da indústria haviam incluído o projeto na *Pauta Mínima* de 2017 como forma de dar condições às empresas de recuperar sua saúde financeira, debilitada após três anos de crise econômica.

GOVERNABILIDADE

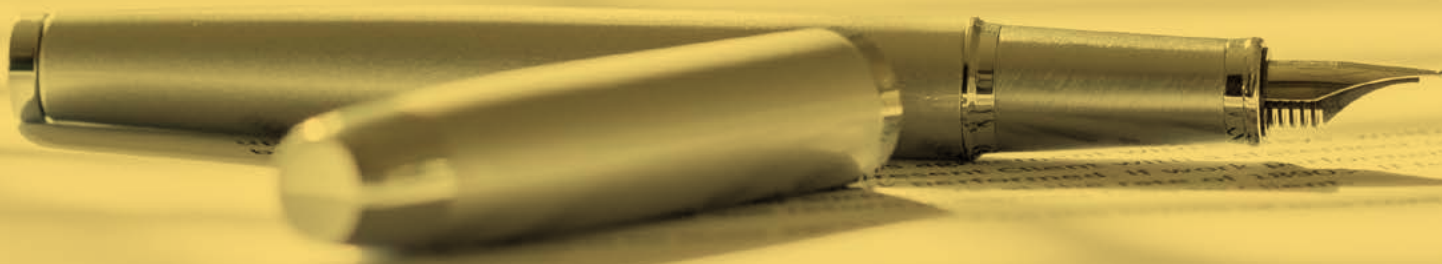
Ainda que com benefícios indiretos para a melhora do ambiente de negócios do país, a reforma política foi incluída também na *Pauta Mínima* e tornou-se o quinto projeto prioritário votado pelos parlamentares. Embora pontuais, as mudanças trazidas pela PEC 33/17 – fim das coligações proporcionais e criação de cláusula de desempenho eleitoral – devem contribuir para uma maior estabilidade política, condição essencial para o investimento e o crescimento sustentável.

O andamento de outros projetos da Pauta Mínima depende da construção de apoios na base de sustentação do governo. A principal proposta, nesse conjunto, é a reforma da Previdência Social. Com déficit que deve chegar a R\$ 185 bilhões, rombo que cresce em trajetória insustentável, o reequilíbrio do sistema de aposentadorias é crucial para manter as contas públicas em ordem no longo prazo. Uma alternativa em estudo pelo governo é enxugar a reforma, concentrando-a na definição de uma idade mínima para a aposentadoria e na equiparação dos regimes do funcionalismo ao do setor privado e limitando o valor do benefício ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 5.531,31.

Além disso, propostas em fase avançada de análise têm condições de dar um passo a mais rumo à aprovação, no curto prazo. Na avaliação de Mônica Messenberg, temas como a simplificação do licenciamento ambiental e a regulamentação do *lobby* tiveram avanços significativos na construção de consensos. “São projetos que estão maduros, com grandes chances de avanços”, avalia.

DEMORA NA SANÇÃO DE ACORDOS PREJUDICA SETOR PRODUTIVO

BRASIL LEVA MAIS DE 4 ANOS, EM MÉDIA, PARA PROMULGAR
TRATADOS INTERNACIONAIS, SEGUNDO LEVANTAMENTO DA CNI
COM BASE EM 27 ACORDOS ASSINADOS ENTRE 2003 E 2017



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) mapeou a tramitação de 27 acordos internacionais firmados pelo Brasil entre 2003 e 2017, que são críticos para a competitividade da economia brasileira. Até o momento, apenas 18 deles foram promulgados. Os outros nove passaram pelo Congresso Nacional e aguardam promulgação de decreto presidencial para terem força de lei em nosso país, etapa cuja demora pode ser ainda de um ano.

Segundo o levantamento inédito da CNI, os tratados internacionais assinados pelo governo brasileiro levam, em média, mais de quatro anos tramitando na burocracia do Estado até serem aprovados. O prazo é muito longo e impede, por exemplo, que o setor produtivo se beneficie rapidamente de acordos de livre comércio, de facilitação de investimentos e que dão fim à dupla tributação.

“O Executivo consome muito tempo apenas com procedimentos burocráticos, pois não há mudança a ser feita no acordo

após sua assinatura. Apenas o Legislativo pode deliberar se aprova ou não o texto”, explica o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

O processo de internacionalização tem três etapas. Assim que é assinado, o texto do acordo passa pela Casa Civil, que encaminha mensagem ao Congresso, onde fica, em média, 808 dias em análise. Uma vez aprovado, o decreto legislativo volta para o Executivo, onde passa, em média, outro ano até ser promulgado.

VIA CRUCIS

A longa via crucis pela qual tramitam os acordos brasileiros se torna ainda pior quando há prazo de implementação após a entrada em vigor. O acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, que começou a ser negociado em 1995, se for assinado em dezembro de 2017, será internalizado somente em 2022. Com prazo de desgravação de 10 anos — redução do imposto de importação — os efeitos totais só serão vistos em 2032.

Como esse, existem outros exemplos prejudiciais ao setor produtivo brasileiro, como o Acordo de Comércio Preferencial entre Mercosul-Índia, assinado em 19 de março de 2005, e aprovado pelo Parlamento do Paraguai nove meses depois. No Brasil, teve seu texto promulgado apenas em 1º de junho de 2009. O trâmite é mais acelerado entre os parceiros do Brasil no Mercosul.

Há casos, ainda, como o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-SACU (união aduaneira formada por África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia), que levou sete anos e um mês para entrar em vigor no Brasil. Os presidentes dos dois blocos assinaram o acordo em 3 de abril de 2009. O governo do Uruguai promulgou o acordo em 30 de setembro de 2011. No Brasil, após a tramitação corriqueira, o Itamaraty identificou, depois da aprovação, erros de tradução do inglês para o português, o documento voltou para o Congresso e só foi internalizado em 4 de abril de 2016.

Dos 27 acordos analisados pela CNI, nove ainda aguardam assinatura do presidente da República

ESTUDO COMPARA DESEMPENHO DA INDÚSTRIA

DOIS NOVOS ÍNDICES ELABORADOS PELA CNI MEDEM A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PERANTE OS OUTROS PAÍSES. DADOS SERÃO DIVULGADOS EM SEPARADO E FORAM TEMA DE REPORTAGEM DO *VALOR ECONÔMICO*



O estudo *Desempenho da Indústria no Mundo* é a nova contribuição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o monitoramento do desempenho do setor no país e em plano comparado. O trabalho reúne dois índices: um sobre as participações do Brasil na produção e outro referente às exportações mundiais de produtos manufaturados. Juntos, eles mostrarão o nível de competitividade da indústria brasileira no mundo.

Nessa primeira edição, o estudo revela uma queda de 0,24 ponto percentual entre 2005 e 2015. Nesse período, esse índice recuou de 0,82% para 0,58%. Esse percentual manteve-se praticamente estável em 2014, quando era de 0,59%. A comparação é feita com os principais parceiros comerciais brasileiros: Estados Unidos, Argentina, China, Alemanha, México, Japão, França, Itália, Coreia do Sul, Países Baixos e Reino Unido.

O levantamento aponta que a perda de participação da indústria brasileira no valor adicionado mundial se intensificou em 2015, quando houve recuo de 2,39% para 2,08%, mas manteve-se praticamente estável em relação às exportações mundiais de produtos manufaturados no período. O movimento de queda no valor adicionado mundial continuou em 2016, ao atingir 1,84% (queda de 0,24 ponto percentual) — a maior baixa na comparação com seus principais parceiros comerciais.

Desde o final dos anos de 1990, a participação brasileira no valor adicionado mundial de manufaturados mantém tendência de queda, embora esse ritmo tenha se acelerado a partir de 2014, o que é explicado pela crise econômica interna, que se tornou mais aguda em 2015 e 2016. Desde 1996, a participação brasileira já caiu 1,53 ponto percentual.

“Estamos perdendo espaço tanto na produção quanto nas exportações, dada

a nossa dificuldade de competir. Em países como China, México e Coreia do Sul, a indústria tem sido o motor do crescimento”, afirmou o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, que defendeu reformas estruturais que promovam a competitividade brasileira.

HISTÓRICO

Os dois índices que formam o novo indicador são medidos desde 2016 pelos Indicadores de Competitividade da Indústria Brasileira, que calcula a Participação nas Exportações Mundiais de Manufaturados, a Participação no Valor Adicionado Mundial de Manufaturados, o Custo Unitário do Trabalho Efetivo em Dólar Real, a Taxa de Câmbio Efetiva Real e a Produtividade do Trabalho Efetivo. A CNI desmembrou esses índices em três indicadores: Desafios da Indústria no Mundo, lançado em outubro de 2017, Produtividade da Indústria e Produtividade do Trabalho, que serão divulgados em breve.

Indicadores mostram que o Brasil está perdendo capacidade de competir no mercado mundial de produtos manufaturados



BRASIL PERDE ESPAÇO NO MERCADO MUNDIAL

ESTUDO DA CNI MOSTRA QUE CRISE ECONÔMICA ACENTUOU A QUEDA NA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA PRODUÇÃO E NAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MANUFATURADOS

FATIA DO BRASIL E OUTROS PAÍSES NO MERCADO MUNDIAL

MÉXICO

Produção: 1,66% (↓0,2 p.p.)

Exportações: 2,64% (↑0,45 p.p.)

ESTADOS UNIDOS

Produção: 15,99% (↓4,04 p.p.)

Exportações: 9,52% (↓0,19 p.p.)

BRASIL

Produção: 1,84% (↓0,9 p.p.)

Exportações: 0,58% (↓0,24 p.p.)

ARGENTINA

Produção: 0,63% (↓0,01 p.p.)

Exportações: 0,13% (↓0,03 p.p.)

FRANÇA

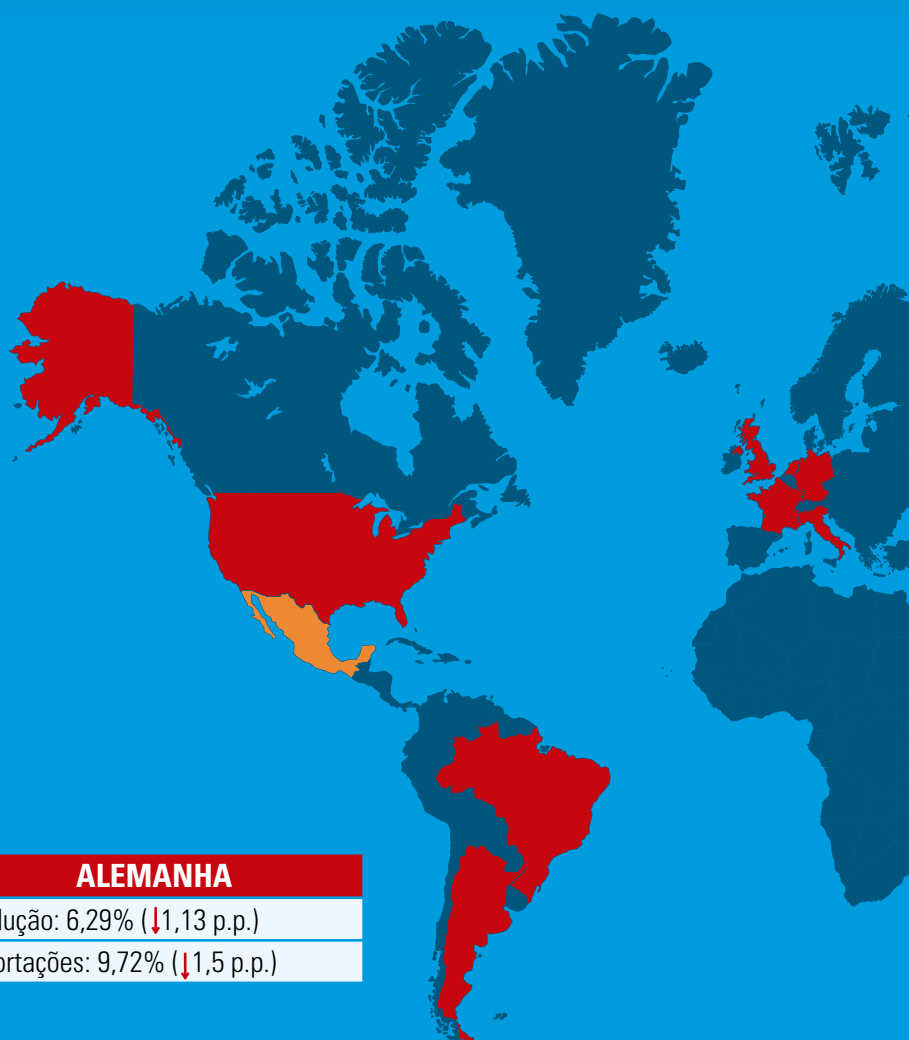
Produção: 2,3% (↓0,7 p.p.)

Exportações: 3,39% (↓1,61 p.p.)

ALEMANHA

Produção: 6,29% (↓1,13 p.p.)

Exportações: 9,72% (↓1,5 p.p.)



A participação da indústria na produção de riquezas do Brasil vem caindo, de forma consistente, na última década. Entre 2006 e 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fatia da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) encolheu de 27,7% para 21,2%. Um efeito colateral dessa estatística é a perda de espaço do Brasil no cenário mundial, como mostrou a primeira edição da pesquisa *Desempenho da Indústria no Mundo*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No mesmo período, a participação do país na produção mundial de manufaturados caiu de 2,74% para 1,84% do total.

Essa trajetória é observada desde a década de 1990, mas se acentuou nos últimos dois anos, quando o país atravessou a mais longa recessão de sua história moderna. O período de 2014 a 2016 respondeu por 61% da perda de 0,9 pontos percentuais de participação brasileira acumulada na

última década. O dado, quando visto num horizonte de 20 anos, reforça a profundidade da crise econômica.

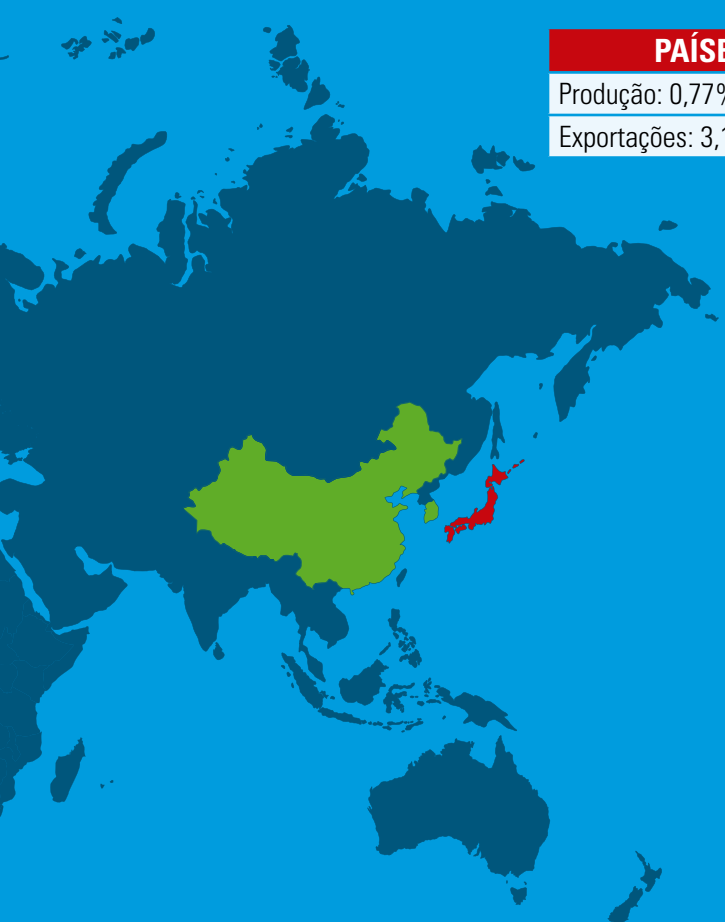
DESEQUILÍBRIO

De 2014 a 2016, o Brasil foi o país cuja participação no valor adicionado da produção mais caiu entre seus principais parceiros comerciais: 0,55 ponto, mais que Japão (0,46) e Estados Unidos (0,3), terceiro e segundo maiores produtores mundiais de manufaturados, respectivamente. “A indústria brasileira tem um tamanho menor do que deveria ter. É menor que do que foi há duas décadas”, observou o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, durante seminário na Câmara dos Deputados, em 7 de novembro, no qual se analisava as causas da desindustrialização brasileira.

A queda nas exportações dos últimos anos também teve reflexos no

desempenho brasileiro no comércio mundial. No período entre 2005 e 2015 — dado mais recente disponível no comparativo —, os embarques de manufaturados a partir do Brasil perderam 0,24 ponto de participação, caindo de 0,82% para 0,58% do total exportado no mundo, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC). No mesmo período, o maior exportador do mundo, a China, ampliou sua fatia no mercado global, de 9,31% para 18,14%.

Dentre os países analisados, China e Coreia do Sul foram os países que registraram crescimento na participação tanto na produção quanto na exportação de bens manufaturados. O México, concorrente do Brasil em importantes setores industriais — como o automotivo e o químico —, vem diminuindo o terreno nas exportações. A diferença de 0,18 ponto na fatia do comércio mundial é a menor desde o início da década de 1990.



PAÍSES BAIXOS

Produção: 0,77% (↓0,2 p.p.)
Exportações: 3,17% (↓0,44 p.p.)

ITÁLIA

Produção: 2,36% (↓1,24 p.p.)
Exportações: 3,23 (↓1,05 p.p.)

REINO UNIDO

Produção: 1,84% (↓0,72 p.p.)
Exportações: 2,81% (↓1,15 p.p.)

JAPÃO

Produção: 8,73% (↓2,1 p.p.)
Exportações: 4,61% (↓2,66 p.p.)

COREIA DO SUL

Produção: 3,1% (↑0,56 p.p.)
Exportações: 3,98% (↑0,55 p.p.)

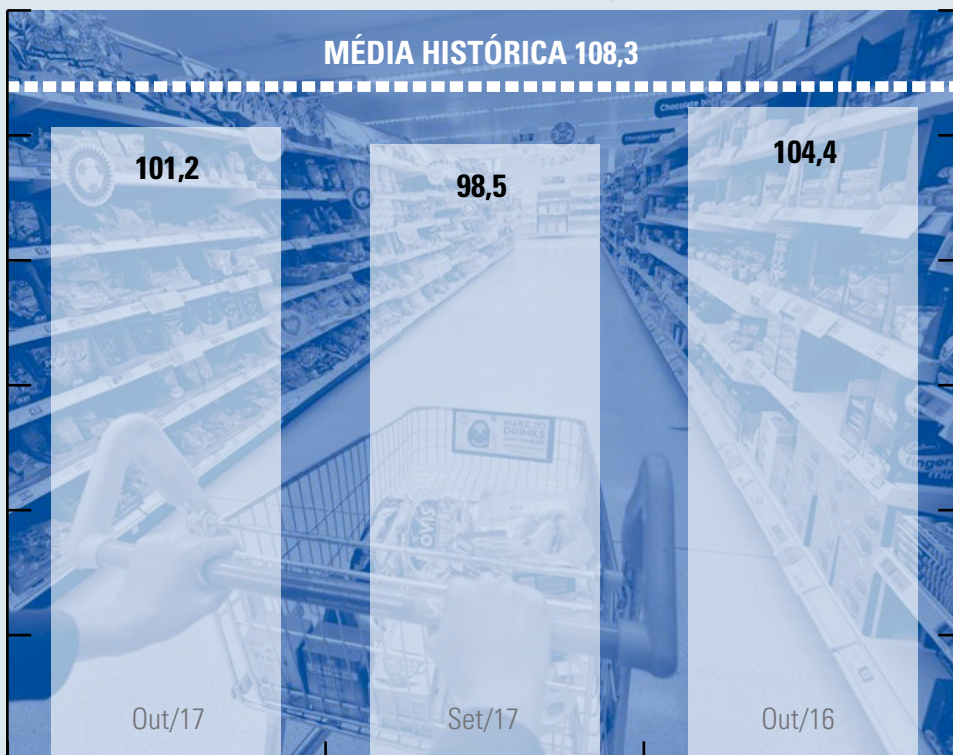
CHINA

Produção: 24,36% (↑11,8 p.p.)
Exportações: 18,14% (↑8,83 p.p.)

Observação: Produção em valor adicionado (2016 x 2006); exportações (2015 x 2005).
Fonte: *Desempenho da Indústria no Mundo – Ano 1 – Número 1*

INEC mostra recuperação

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR SOBE EM OUTUBRO



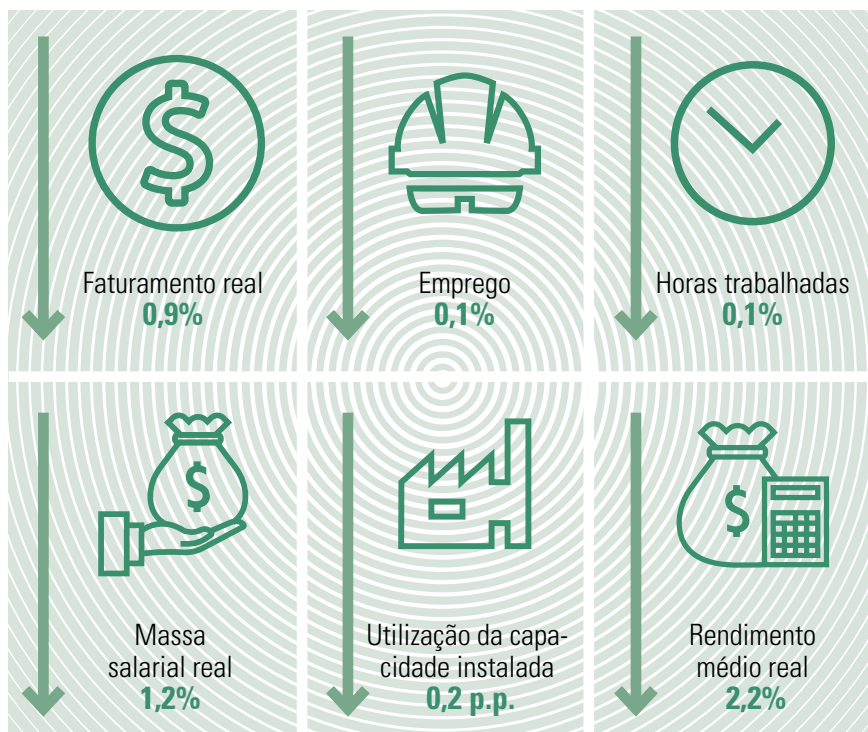
O consumidor brasileiro se mostrou mais confiante em outubro. No mês, o *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor* (INEC) alcançou 101,2 pontos, alta de 2,7% em relação a setembro, mas ainda abaixo da média histórica, de 108,3 pontos. Apesar do aumento, o indicador não apresenta tendência clara, já que vem registrando variações positivas e negativas nos últimos meses. A alta se deveu, principalmente, à menor expectativa de aumento do desemprego (11,5%) e de aumento da inflação (7,3%).

Fonte: INEC – Ano 19 – Número 10 – Outubro 2017

INDÚSTRIA AINDA NÃO CONSEGUE SUSTENTAR CRESCIMENTO

Indicadores industriais pioram

A indústria continua apresentando dificuldades para crescer de forma consistente. Em setembro, o desempenho do setor piorou de forma generalizada, segundo a pesquisa *Indicadores Industriais*. Na comparação com agosto, o faturamento caiu 0,9%, segundo recuo consecutivo. No acumulado do ano, a queda é de 2,9%, frente ao mesmo período de 2016. Sem conseguir sustentar crescimento, a indústria se mantém em patamar inferior ao do ano passado. Nesse intervalo, por exemplo, o emprego no setor recuou 3,4%. Os demais indicadores também apresentaram piora: horas trabalhadas (-0,1%), utilização da capacidade instalada (0,2 p.p.), emprego (-0,1%), massa salarial real (-1,2%) e rendimento médio real (-2,2%).

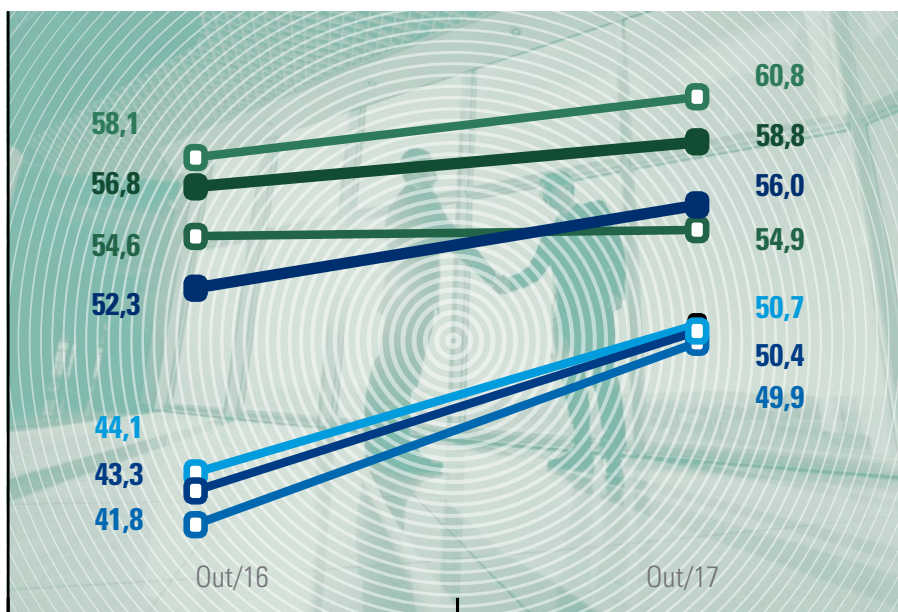


Fonte: Indicadores Industriais – Ano 25 – Número 9 – Setembro 2017

EMPRESARIADO INDUSTRIAL VÊ BOAS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA PELO 2º MÊS SEGUIDO

O empresário da indústria tem se mostrado confiante com as perspectivas da economia. Em outubro, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) alcançou 56 pontos, mantendo-se pelo segundo mês consecutivo acima da média histórica, de 54 pontos. Além de não perceberem piora no presente, apesar dos dos indicadores industriais registrados, as expectativas em relação aos próximos seis meses chegaram a 58,8 pontos, alta de 0,4 ponto frente a setembro. Nesse componente, o otimismo é maior em relação ao desempenho da própria empresa (60,8 pontos) do que em relação à economia (54,9 pontos).

ICEI confirma recuperação dos ânimos dos empresários



Fonte: ICEI – Ano 19 – Número 10 – Outubro 2017

■ ICEI ■ Condições atuais ■ Economia brasileira ■ Empresa
 ■ Expectativas ■ Economia brasileira ■ Empresa

5 principais problemas da indústria no 3º trimestre (%)

	3º tri/17	2º tri/17
Elevada carga tributária	45,2	45,2
Demanda interna insuficiente	36,6	39,0
Inadimplência dos clientes	21,0	21,9
Falta de capital de giro	18,5	18,9
Taxa de juros elevadas	18,2	21,8

DEMISSÕES NA INDÚSTRIA PODEM ESTAR PERTO DO FIM

O fim do ciclo de demissões na indústria está próximo de se encerrar. Segundo a *Sondagem Industrial* de setembro, o indicador ficou em 49 pontos, pouco abaixo dos 49,1 pontos de agosto, mantendo-se próximo da linha divisória de 50 pontos. Além disso, a habitual queda na produção, típica do mês, foi menos intensa que em anos anteriores, e o número de empregados se manteve estável. Em relação aos problemas enfrentados pela indústria no terceiro trimestre, a carga tributária permanece em primeiro lugar, mas a baixa demanda perdeu força em relação ao trimestre anterior.

Fonte: Sondagem Industrial – Ano 20 – Número 9 – Setembro 2017



Foto: Divulgação

CARAVANA DO DESENVOLVIMENTO QUALIFICA MAIS DE MIL PESSOAS NO ACRE

O programa Caravana do Desenvolvimento entregou, no final de outubro, certificados de conclusão aos mais de mil alunos que fizeram cursos gratuitos ofertados aos moradores de Xapuri (AC), durante um verdadeiro mutirão de qualificação profissional, que durou cerca de três semanas. A ação

foi realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), em parceria com a prefeitura municipal e o governo do estado. Foram capacitações nas áreas de informática, eletricidade automotiva, planejamento estratégico, panificação, construção civil, pinturas de móveis, marcenaria, entre outros.



Foto: Luiz Souza / Shutterstock.com

DIRIGENTES DO BNDES OFERTAM CRÉDITO PARA MPMEs ALAGOANAS

Dirigentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reuniram-se com representantes da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) para falar sobre a linha de crédito de R\$ 100 bilhões, com abertura de crédito menos custosa, disponibilizada anualmente pelo banco para as micro, pequenas e médias empresas brasileiras (MPMEs). A ação é parte da política do BNDES de aproximação com as MPMEs, iniciado com o lançamento de um canal de comunicação direta com o banco. Antes a interação era intermediada por bancos e agentes financeiros.



FIEG REALIZA SEMINÁRIO PARA INCENTIVAR EXPORTAÇÕES NO ESTADO

Cerca de 200 empresários goianos interessados em exportar participaram do *5º Encontro Internacional de Comércio Exterior*, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG). Foram realizadas palestras sobre internacionalização de empresas, assessoria gratuita às instituições goianas de comércio exterior, bem como apresentados casos de sucesso por empresas que já atuam no mercado internacional. Paralelamente à programação oficial, ocorreram também o Seminário de Atração de Investimentos, voltado para representantes de oito embaixadas, e uma rodada de negócios com compradores internacionais dos setores de alimentação, bebidas e cosméticos.

Foto: Lucio Távora / Coperphoto / Sistema FIEB



LICENCIAMENTO AMBIENTAL É TEMA DE WORKSHOP NA BAHIA

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) realizou workshop sobre *Licenciamento Ambiental para Empresas*. O curso aplica situações práticas sobre os procedimentos exigidos e atos autorizativos que integram o processo de licenciamento ambiental. O evento faz parte de um convênio de cooperação técnica com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e visa a repassar orientações técnicas para as empresas e tornar os processos mais qualificados, contribuindo com a celeridade na obtenção das licenças.

TOCANTINS AUMENTA EXPORTAÇÕES

A balança comercial do Tocantins no 3º trimestre teve saldo positivo de 37% em relação ao mesmo período de 2016, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado (FIETO). As exportações aumentaram 43%. Dos produtos exportados, 83% são alimentos e bebidas destinados à indústria e 11% são bens de consumo não duráveis. Os principais consumidores desses produtos são China (60,29%), Espanha (8,76%), Hong Kong (4,45%), Países Baixos (3,09%) e Tailândia (2,65%). Destacam-se a exportação de soja (US\$ 694 milhões), de carnes bovinas congeladas (US\$ 65 milhões) e de milho em grão (US\$ 26 milhões).



Foto: Ann Taylor / Shutterstock.com

RECEIO DO BREXIT TEM INIBIDO INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA BRITÂNICA

Estudo realizado pela EEF (sigla em inglês para a organização de fabricantes) com 328 empresas do ramo da Grã-Bretanha indica que metade delas está evitando investimentos em novas fábricas e equipamentos devido à incerteza sobre o Brexit. Neste ano, o montante investido pelo setor em novas instalações e máquinas desacelerou para 6,5% da produção, distante dos 7,5% do ano passado. Segundo a Câmara de Comércio Britânica (BCC, acrônimo em inglês), o Reino Unido está com crescimento paralisado em 0,3% no 3º trimestre, mesmo percentual obtido nos dois primeiros trimestres de 2017.

EMPRESAS AMERICANAS PEDEM CELERIDADE NA REFORMA FISCAL

No final de outubro, a Câmara Americana de Comércio (*U.S. Chamber of Commerce*) entregou ao Congresso do país uma carta assinada por cerca de 300 grupos empresariais e câmaras de comércio estaduais demonstrando seu interesse em acompanhar o processo de reforma fiscal e solicitando rapidez na aprovação da reforma tributária. Segundo a entidade, a nova legislação fará com que a economia norte-americana cresça mais rapidamente por meio da redução de impostos. A entidade alega que o sistema tributário do país está ultrapassado.



Foto: Rob Crandall / Shutterstock.com

FÓRUM ECONÔMICO BRASIL-PAÍSES ÁRABES OCORRE EM FEVEREIRO EM SÃO PAULO

A Câmara de Comércio Árabe Brasileira promove, em 6 de fevereiro de 2018, em São Paulo, o Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, para debater temas como comércio, investimentos, segurança alimentar, energia, turismo, inovação e logística e colocar frente a frente empresários das duas regiões. A iniciativa tem apoio da União das Câmaras Árabes e da Liga dos Estados Árabes. Além do Fórum, no dia 7 de fevereiro vai ocorrer um encontro empresarial Brasil-Jordânia e uma reunião dos secretários-gerais das câmaras de comércio árabes-estrangeiras.

PESQUISA REVELA QUE EMPRESAS SUECAS PLANEJAM INVESTIR MAIS NO BRASIL

Cerca de 80% das empresas suecas têm perspectivas positivas em relação ao mercado brasileiro e quase 50% delas planejam aumentar os investimentos em até 15% em 2017, principalmente nas áreas de marketing, vendas, serviços e manufatura. Além disso, 44% delas pretendem contratar funcionários em 2018. É o que aponta a 5ª edição da *Swedish Business Climate in Brazil*, pesquisa anual da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira (Swedcham). O estudo revela ainda que duas em cada três empresas pensam em aumentar suas operações no país em médio prazo, apesar de constatarem que a situação política brasileira impactou, negativamente, seus negócios.



HONG KONG PRETENDE INVESTIR NA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE

A Câmara Geral de Comércio de Hong Kong (HKGCC, na sigla em inglês) comemorou a declaração da chefe do Executivo de Hong Kong, Carrie Lam, sobre a intenção de impulsionar oito áreas-chave de inovação e tecnologia e modernizar a infraestrutura da região administrativa especial chinesa. Localizada em um dos principais centros internacionais de negócios e finanças, a HKGCC tem reivindicado investimentos do governo central para os projetos inteligentes da cidade, orçados em US\$ 700 milhões. Algumas empresas queixam-se da demora e ineficiência dos atuais processos de financiamento estatais.



PÓDIO VERDE E AMARELO

EQUIPE BRASILEIRA SE MANTÉM NA ELITE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO CONQUISTAR 2º LUGAR NA MAIOR COMPETIÇÃO MUNDIAL DE PROFISSÕES TÉCNICAS – A *WORLD SKILLS*. SENAI TREINOU 51 DOS 56 COMPETIDORES NACIONAIS. PRÓXIMA DISPUTA SERÁ EM KAZAN, NA RÚSSIA, EM 2019



Resultado da equipe brasileira na WorldSkills prova que investimento em ensino profissional pode melhorar nossa posição em rankings mundiais de educação

Com um total de 34.901 pontos, o Brasil ficou em 2º lugar geral na maior competição de profissões técnicas do planeta, a *WorldSkills*. Durante quatro dias, mais de 1.200 jovens, de 68 países, competiram em 52 ocupações do setor industrial e de serviços em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Os russos ficaram em 1º lugar, com 35.461 pontos. Embora o Brasil tenha ficado em segundo no ranking de pontos, no quadro geral de medalhas, o país ficou em 4º lugar.

Das 50 ocupações em que competiu, a equipe brasileira subiu ao pódio 19 vezes e ainda garantiu 26 certificados de excelência. Do total de 19 medalhas, 10 são de ouro, 5 de prata e 4 de bronze. A delegação brasileira foi composta por 56 competidores, 51 alunos e ex-alunos do SENAI, e cinco do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Na última edição da *WorldSkills*, em 2015,

o Brasil havia ficado em primeiro lugar.

Se em outros rankings mundiais de educação o Brasil não consegue melhorar sua posição, em educação profissional o caminho é inverso. Na última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), o país registrou queda de pontuação nas três áreas avaliadas: Ciências, Leitura e Matemática. Com isso, o Brasil ficou na 63ª posição em Ciências, na 59ª em Leitura e na 66ª colocação em Matemática. A prova foi aplicada em 70 países.

Estudo encomendado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com base em dados do suplemento especial, divulgado em março, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que trabalhadores que fizeram cursos profissionais têm um

acréscimo na renda de 18%, em média, em relação a pessoas com perfis socioeconômicos semelhantes que concluíram apenas o Ensino Médio.

O 2º lugar na *WorldSkills*, dentre 68 países, demonstra que os investimentos feitos pelo SENAI na educação profissional têm resultados positivos. O Brasil participa do torneio desde 1983. Nesse tempo, os resultados na disputa melhoraram a cada edição e a equipe brasileira tornou-se uma certa no *top five* do mundial, ao lado de nações que são referência educacional, como Coreia do Sul e Alemanha.

"Em Abu Dhabi, o Brasil demonstrou seu padrão de excelência em educação profissional. Estamos entre os melhores países do mundo (China, Coreia do Sul, Suíça e Rússia) e isso é importante para criar oportunidades para os jovens e competitividade para as empresas. Estamos orgulhosos com o resultado alcançado



pelos jovens do SENAI e do SENAC que, com muita fibra e talento, representaram o Brasil”, destacou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Ao longo do torneio, os competidores tiveram surpresas em relação às provas e aos materiais apresentados, diferentes do previsto. O gerente de Olimpíadas e Concursos do SENAI, José Luís Gonçalves Leitão, delegado técnico da *WorldSkills International*, avalia que os imprevistos não tiraram a concentração dos jovens brasileiros. “O time conseguiu superar dificuldades em relação ao material e a alguma infraestrutura utilizados”.

Leitão acredita que uma das razões da serenidade dos brasileiros foi o rigoroso treinamento oferecido pelo SENAI, com ênfase nos aspectos psicológicos dos competidores para lidar com a pressão de representar o Brasil em uma competição internacional.

A preparação da equipe, apenas na etapa nacional, durou um ano, mas o treinamento completo, incluindo as etapas escolar e estadual, fez com que alguns tenham dedicado quase três anos da vida à competição.

Campeões do torneio, os russos também foram treinados pelo SENAI, o que demonstra a excelência do Brasil na educação profissional. Kazan, na Rússia, sediará a próxima edição da *WorldSkills*, em 2019, e, desde que a cidade foi escolhida, o governo russo tem investido na preparação de seus competidores e na divulgação das carreiras técnicas. Para isso, contratou a instituição brasileira a fim de preparar 37 jovens e instrutores em sete ocupações: Mecatrônica, Eletrônica, Webdesign, Design Gráfico, Joalheria, Manufatura Integrada e Tecnologia da Moda. A delegação russa foi a maior da edição de Abu Dhabi, com 58 participantes, seguida pela equipe brasileira.

Um dos medalhistas de ouro brasileiro é o estudante de Pablo Joander de Paulo, 18 anos, campeão na modalidade *Escultura em Pedra*. Estudante de Desenho Mecânico no SENAI Celso Charuri, em Pará de Minas (MG), ele avalia que a instituição ofereceu a oportunidade de cursar o ensino superior e experiências que vão ajudá-lo no mercado de trabalho. “O SENAI me preparou para o mundo do jeito que ele é. O tempo que passei em Brasília, no centro de treinamento, foi o momento mais importante na minha vida, pois cresci muito pessoalmente”, comenta.

Outro medalhista de ouro é Murilo Antunes da Silva, 21, primeiro lugar na modalidade *Tecnologia de Mídia Impressa*. Ele cursa Acabamento e Impressora Offset no SENAI Artes Gráficas, em Porto Alegre (RS). “Foram dois anos de muito treino, adquirir muito conhecimento e com certeza isso pode ser o diferencial no mercado de trabalho”, constata.

CONFIRA AS MEDALHAS CONQUISTADAS PELA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

OURO



Mecatrônica



Eletricidade Industrial



Manufatura Integrada



Tornearia CNC



Polimecânica e Automação



Escultura em Pedra



Tecnologia de Mídia Impressa

PRATA



Tecnologia da Moda



Joalheria



Construção de Estruturas Metálicas



Manutenção Industrial



Desenho Mecânico CAD

BRONZE



Marcenaria de Estruturas



Moveleira



Construção de Estruturas para Concreto

ATA Carnet. Seus bens ou produtos viajam o mundo sem complicação e sem imposto.

O ATA Carnet é um passaporte aduaneiro internacional que permite a livre entrada de bens em mais de 75 países, incluindo o Brasil, sem cobrança de impostos.

São três categorias beneficiadas pelo ATA Carnet: **amostras comerciais, equipamentos profissionais e esportivos, artigos para apresentação em feiras, mostras, exposições e eventos similares.**

Para fazer o seu ATA Carnet ou obter mais informações, acesse cni.org.br/atabrasil



**Emissão exclusiva pela
Confederação Nacional
da Indústria – CNI e
Federações das Indústrias.**





Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA